



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

MAURICIO GABRIEL DOS SANTOS NASCIMENTO

“QUARTO DE DESPEJO & SALA DE VISITAS”:
Carolina de Jesus, Intérprete Extraordinária do Brasil

Campinas

2021

MAURICIO GABRIEL DOS SANTOS NASCIMENTO

**“QUARTO DE DESPEJO & SALA DE VISITAS”:
Carolina de Jesus, Intérprete Extraordinária do Brasil**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Teoria e História Literária na área de Teoria e Crítica Literária.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Cesar Barbosa de Melo

Este trabalho corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Maurício Gabriel dos Santos Nascimento e orientada pelo Prof. Dr. Alfredo Cesar Barbosa de Melo.

Campinas

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

Santos Nascimento, Mauricio dos, 1993-
Sa59q "Quarto de despejo & sala de visitas" : Carolina de Jesus, intérprete
extraordinária do Brasil / Mauricio Gabriel dos Santos Nascimento. –
Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Alfredo Cesar Barbosa de Melo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. Quarto de despejo - Crítica e
interpretação. 2. Literatura e sociedade. 3. Literatura brasileira – Escritores
negros. I. Melo, Alfredo Cesar Barbosa de, 1979-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "Dump room & living room" : Carolina de Jesus, extraordinary
interpreter of Brazil

Palavras-chave em inglês:

Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. Child of the Dark - Criticism and interpretation
Literature and society
Brazilian literature – Black authors

Área de concentração: Teoria e Crítica Literária

Titulação: Mestre em Teoria e História Literária

Banca examinadora:

Alfredo Cesar Barbosa de Melo
Daniela Birman
Gabriela Leandro Pereira

Data de defesa: 04-02-2021

Programa de Pós-Graduação: Teoria e História Literária

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-5607-1639>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8088653429213786>



BANCA EXAMINADORA:

Alfredo Cesar Barbosa de Melo

Daniela Birman

Gabriela Leandro Pereira

**IEL/UNICAMP
2021**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

À minha mãe, Iris, um grande coração.

À minha irmã, Tamires, companheira de mil caminhadas.

À minha irmã, Vitória, esperança e alegria da minha vida.

A meu saudoso amigo e mentor, Marcio Sociais, uma bicha brilhante.

A vida, obra e memória de Carolina Maria de Jesus.

Agradecimentos

Agradeço à minha família pelo apoio de sempre.

Agradeço ao saudoso Marcio Sociais, por ter me encorajado a pensar sem medo.

Agradeço às amigas, amigos e amigues Adriano Mastroléa, Carolina Pinho, Danielle “Biscoito”, Floriza Fernandes, Gabriel de Barcelos, Ionara Veiga, Lucas Braga, Luiz Felipe, Luiz Fernando, Luiz Gustavo, Maisa Calazans, Mariana Santos, Matheus Gonçalves, Miriam Porfírio, Nadina Nhanca, Natasha Magno, Raquel Galvão, Ricardo Lassato, Renan Picoreti, Rodolfo Junior, Thiago Falcão, Thiago Seike, Tiago Bizarri, Vivian Esteves, Zênite Szente e tantos outros pelos anos de trocas e convivência que enriqueceram a minha vida.

Agradeço ao meu orientador Alfredo, primeiramente, por ter me chamado para fazer pesquisa, e também pela orientação, amizade e carinho.

Agradeço formalmente ao CNPq, pela possibilidade de dedicação exclusiva para esta pesquisa, impossível sem o programa de bolsas de estudo.

RESUMO

O livro-diário “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus, inspira uma nova interpretação sobre a realidade brasileira ao discutir o problema da favela em função da cidade, a “Sala de Visitas”, que a abriga. Observando elementos de formação da escritora, é possível avaliar que a obra está inscrita em um entendimento ampliado sobre a sociedade brasileira, que a credencia como uma intelectual do Pensamento Social Brasileiro. Mediante críticas contemporâneas aos intérpretes clássicos, o presente trabalho discute elementos decisivos da obra que colocam em relevo a preocupação da autora com o país e que a tornam uma Intérprete extraordinária do Brasil.

Palavras-chave: Carolina de Jesus; Quarto de Despejo; Literatura e Sociedade; Literatura Brasileira – Escritores Negros.

ABSTRACT

The book-diary “Child of the Dark”, by Carolina Maria de Jesus, inspires a new interpretation of the Brazilian reality when discussing the problem of the favela in function of the city, the “Living Room”, which houses it. Observing elements of the writer's formation, it is possible to assess that the work is inscribed in an expanded understanding of Brazilian society, which accredits her as an intellectual of Brazilian Social Thought. Through contemporary criticisms of classical interpreters, the present work discusses decisive elements of the work that highlight the author's concern with the country and that make her an extraordinary interpreter of Brazil.

Keywords: Carolina de Jesus; Child of the Dark; Literature and Society; Brazilian Literature – Negroes Authors.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
O Brasil de Carolina de Jesus	10
CAPÍTULO I	12
Seção I: Clássicos do Pensamento Social Brasileiro: Candido, Freyre e Schwarz	12
Seção II: Democracia Racial: Guimarães e Nascimento	29
CAPÍTULO II	36
Seção I: Carolina de Jesus, intelectual negra	36
Seção II: A singularidade do livro-diário "Quarto de Despejo"	49
Seção III: Quarto de Despejo & Sala de Visitas	74
CAPÍTULO III	83
CONCLUSÕES	83
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

O Brasil de Carolina de Jesus

A vida e obra de Carolina Maria de Jesus têm inspirado cada vez mais trabalhos de crítica literária e em outras áreas das ciências humanas. Apesar da maioria do seu legado ainda ser desconhecido do público, outros olhares sobre seus textos conhecidos têm revelado novas nuances em torno de sua figura emblemática.

A presente dissertação também tem a intenção de contribuir para esse rico arcabouço lançando olhar sobre o caráter nacionalista da escritora, que desde tenra idade coleciona reflexões sobre temas estruturantes da sociedade brasileira.

Devido a esse aspecto, Carolina pode ser enquadrada dentro de uma conhecida tradição sobre a realidade brasileira, o Pensamento Social Brasileiro. Apesar de ser um campo de estudos passível de inúmeras críticas, vemos no pertencimento dela em seu meio uma oportunidade de alargar a compreensão do Brasil além dos parâmetros canônicos delineados por Antonio Candido.

No primeiro capítulo, nos dedicamos ao exame do Pensamento Social, abarcando críticas contemporâneas sobre o assunto e, com destaque, analisando aspectos de “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre, epíteto da democracia racial. Em seguida, passamos à reflexão do conceito de democracia racial em consonância à crítica do movimento negro e à obra de Carolina de Jesus.

No segundo capítulo, tendo como recorte os livros “Diário de Bitita”, “Quarto de Despejo” e “Casa de Alvenaria”, encontramos uma rica trajetória que carrega o espírito do final do século XIX, com o pós-Abolição, e da modernidade brasileira até meados do século XX. O primeiro intuito é abordar a trajetória de formação de Carolina, reunindo aspectos marcantes de sua infância e juventude que dão sustentação ao quadro desenvolvido em idade madura.

Em sua publicação mais famosa, “Quarto de Despejo”, a escritora torna inteligível o problema da favela em relação ao crescimento urbano desordenado e o empobrecimento causado pela política econômica do período. A autora expressa uma espacialidade da cidade de São Paulo que é a apreensão da sociedade brasileira moderna e as relações sociais que se desenvolvem nela.

Por fim, discutimos aspectos do projeto político expresso no livro-diário, destacando a reforma agrária e urbana e o custo de vida como tópicos centrais do pensamento carolinano. Por meio deles, é possível visualizar uma agenda política direcionada às autoridades para colocar fim a tais problemas.

“Quarto de Despejo” não é a publicação que define Carolina por completo, mas certamente se destaca por não ter surgido por encomenda, e sim pelo inconformismo com uma situação de indigência que se reproduz deliberada e sistematicamente no Brasil. Por meio dele, parte da vida e da personalidade excepcionais da autora se tornou conhecida e que grande parte de suas ideias foram veiculadas a nível nacional e internacional.

O presente trabalho tem a intenção de mostrar uma nova perspectiva de análise que considera Carolina de Jesus uma intelectual negra brasileira que pensou o Brasil a partir de seu lado mais negativo e sonhou com uma transformação social profunda para que se tornasse um país justo e plenamente desenvolvido.

CAPÍTULO I

Seção I: Clássicos do Pensamento Social Brasileiro: Candido, Freyre e Schwarz

A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois o nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época. Então, registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão de mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar.

Os homens que estão aqui hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos do passado e em função de três livros: *Casa-Grande e senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. (CANDIDO, 1967)

É dessa forma que Antonio Candido inicia o famoso prefácio à 4ª edição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Ele parte da constatação de que as ideias de uma determinada época, com o passar do tempo, ultrapassam os interesses particulares de seus autores e passam a constituir um repertório característico de uma geração. Dessa forma, ainda que o texto aborde aspectos particulares de cada uma das obras, a principal questão reside no que há de comum nas perspectivas de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior que influenciaram tão fortemente a geração de Candido.

Fica bastante evidente que a escolha desses três autores tem a ver com a trajetória escolar dos intelectuais de 1930. Ao longo do processo de formação *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo* se notabilizaram diante de outras tradições mais valorizadas do período porque significavam um *sopro de radicalismo intelectual* sobre como encarar os problemas sociais, econômicos e culturais brasileiros em sua fase moderna, uma vez que o quadro disponível até então já estava ultrapassado.

Em meio a análise crítica elogiosa e até um pouco nostálgica a respeito dessa radicalidade, Candido acaba por traçar um perfil de intelectual brasileiro: alguém comprometido com o seu

país e seu tempo que faz um diagnóstico dos problemas brasileiros e se engaja para superá-los. Assim sendo, esse balanço histórico e crítico deu origem às bases que organizaram o pensamento social brasileiro, uma tradição canônica que abriga intelectuais de várias áreas do conhecimento interessados em resolver os principais problemas do país.

Aos autores enquadrados na definição candidiana convencionou-se chamá-los de Intérpretes do Brasil, sendo Freyre, Holanda e Prado Jr. alçados ao lugar de clássicos, pois juntos formavam a *tradição da formação*. uma vez que suas contribuições de maior valor estão ligadas a como a sociedade brasileira foi formada. Mais tarde, outros autores passaram a compor o quadro de intérpretes, dando robustez, organicidade e capilaridade ao pensamento social, de modo que o conjunto da bibliografia se tornou ponto de referência para o diagnóstico e tomada de decisões no campo da política, da economia, da sociedade e da própria intelectualidade.

Como toda área do conhecimento, o pensamento social brasileiro é passível de críticas e elas sempre estiveram presentes ao longo do desenvolvimento do campo e permanecem até os dias atuais. De modo geral, os críticos contemporâneos observam algo semelhante ao que Candido apontava no prefácio: o pensamento social brasileiro carrega um aspecto conservador na leitura sobre o Brasil que impede a manifestação de outras visões de país e de como resolver seus problemas estruturais.

Carolina de Jesus talvez seja o maior exemplo desse ponto cego, pois se encaixa perfeitamente na definição inicial proferida por Antonio Candido de alguém cujo testemunho é exemplar de uma geração, que compreende o período do Pós-Abolição à Modernidade dos Anos 50, mas que fica de fora por causa do ginásio, curso complementar e escola superior que não pode frequentar, uma vez que se educou e desenvolveu sua própria hermenêutica estando fora do ensino formal. Nem por isso ela deixou de instituir bases intelectuais à sua própria escola de pensamento e por isso mesmo ela tenha feito o que a estrutura formal de educação não pode fazer, o que veremos mais adiante no decorrer deste trabalho.

No que tange à crítica contemporânea do pensamento social brasileiro, PERICÁS & SECCO (2014), ao organizar uma coletânea de artigos sobre intérpretes do Brasil, apontam para o alargamento das fronteiras do campo, pois considera que há contribuições críticas relevantes que não tiveram o devido destaque, seja porque são anteriores à consolidação da área ou

foram impedidas de atingir o centro do debate, seja porque sua síntese envolvia um combate direto às bases do paradigma.

Assim, a síntese segue por um caminho de revisão crítica: clássicos, rebeldes e renegados. Então surgem nomes como Everardo Dias, na ala renegada, e Maurício Tragtenberg, na ala rebelde, ao lado de nomes como Florestan Fernandes, Milton Santos e os primeiros intérpretes. Não fica explícito se essa reelaboração é rígida a tais critérios ou se implica a produção de mais categorias para comportar mais figuras, mas é nítida a intenção de preservação da tradição canônica existente combinada a um processo de expansão crítica.

No sentido dessa reelaboração, o que propomos neste trabalho é que Carolina é uma intérprete *extraordinária* do Brasil, justamente por ela ter produzido uma obra consistente fora dos contextos ordinários em que comumente outros autores se apoiaram, como por exemplo ter concluído uma trajetória escolar típica.

Por outro lado, há quem defenda a ruptura com o pensamento social como medida necessária para vislumbrar saídas efetivas. É o caso de NOBRE (2019), que é contumaz ao concluir que

[...] a longa hegemonia do nacional-desenvolvimentismo – e, no seu interior, do paradigma da “formação” em particular – produziu algo como um “carecimento de um projeto de país” exposto em seu conjunto; e o não preenchimento dessa falta não faz senão reforçar a própria lógica do carecimento. Dito em uma frase, no momento em que as condições para a produção de um sucedâneo do nacional-desenvolvimentismo estão inteiramente ausentes, a continuidade da defesa (implícita ou explícita) do paradigma da “formação” cumpre uma função primordialmente ideológica – e retrógrada. (NOBRE, 2019)

Logo, segundo ele, não há perspectiva de solução na abertura, mas uma reposição de um problema cujo resultado final já é conhecido - e não resolve aquilo que se propõe a resolver. Nas palavras dele, é preciso “deixar para trás velhos fantasmas teóricos e práticos” a fim de “destravar a inteligência e a crítica” para lidar com os novos desafios que estão colocados em um mundo cada vez mais regido pela lógica de redes, indicando que o próprio papel da formação da nacionalidade fica diminuído.

Assumindo o caráter extraordinário da vida e obra de Carolina de Jesus negado pela crítica até aqui, essa linha também é válida para jogar luz sobre temas abordados pela autora que não encontram par nas discussões consideradas clássicas e que tem a ver com uma dinâmica que ultrapassa seu enquadramento como um problema exclusivamente interno, como a pobreza e

o favelamento. Em que pese os temas da raça e da nacionalidade, bastante decisivos em qualquer análise literária feita a respeito de Carolina, “Quarto de Despejo” é uma obra em que todas as questões estão inseridas e conectadas por vários tipos de apropriação do espaço urbano, suficientemente à mostra para serem ignorados pelos moldes canônicos.

Além disso, é importante destacar que ambas as tendências consideram 1964 como o marco de falência do projeto nacional por conta do Golpe Militar, mas Carolina coleciona elementos dessa falência desde pelo menos 1955, data dos primeiros registros do livro-diário.

Essas duas direções são muito relevantes para o estado da arte do debate contemporâneo e colaboram para colocar em perspectiva qual o significado que o rótulo “Intérprete do Brasil” assume hoje em dia. Contudo, como dito anteriormente, a crítica ao pensamento social não é uma exclusividade desse tempo e o panorama crítico proposta nesta análise não estaria bem delineado se não considerasse a clássica crítica feita por Roberto Schwarz, discípulo de Antonio Candido, no ensaio *As Ideias Fora do Lugar*.

Originalmente *As Ideias Fora do Lugar* é um ensaio crítico escrito por Schwarz discutindo a peculiaridade da produção intelectual brasileira que operava segundo duas normas de sociedade bastante distintas: a metropolitana, baseada em trabalho livre, e a colonial, baseada em trabalho escravo. A polêmica funcionou como pano de fundo para a análise que faria a respeito de Machado de Assis em *Ao Vencedor as Batatas*, mas adquiriu vida própria justamente porque era válida para outras áreas do conhecimento.

Assim, falar em “ideias fora do lugar”, como debate, é discutir o descompasso e o sentido da intelectualidade brasileira ao operar com dois tipos inconciliáveis de sociedade, pois, em tese, concorreriam entre si em nome da oposição entre a reprodução e a interrupção do colonialismo europeu.

Todavia, segundo o autor, os acadêmicos brasileiros encontraram no amálgama do favor a fórmula necessária para incorporar as duas visões de sociedade em uma forma de conhecimento científico que satisfaz a necessidade de legitimação do olhar externo, de manutenção da estrutura colonial interna e que influencia o imaginário e comportamento social para essa direção:

a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o homem livre, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários seu acesso à vida e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. (SCHWARZ, 1977)

Fica bastante explícito por essa descrição como o favor funciona como arbítrio para afirmar uma “vida nacional” na qual só participam os grandes e os favorecidos, enquanto a terceira parcela - a maioria, ligada ao trabalho escravo - fica excluída do sistema de representação sem que isso signifique uma perda, uma vez que sua função está garantida pela uso da força.

Quarto de Despejo encerra uma síntese da experiência negra brasileira de Carolina de Jesus cuja principal base é o trabalho, justamente o elemento que Schwarz reivindica como faltante aos intérpretes clássicos. Mais do que isso, o trabalho, na perspectiva de Carolina, condensa a precarização do meio rural onde vivia sua família em Sacramento - incrustado pelo escravismo recém-abolido da época -, bem como aquele que desempenhou ao longo de suas migrações e trânsitos pela cidade de São Paulo - cozinheira, doméstica, catadora - junto ao trabalho intelectual como escritora, considerado o oposto da precarização, igualmente desempenhado ao longo de sua vida, fosse qual fosse seu meio de sustento imediato.

Essa análise histórica e literária trazida a cabo por esta dissertação, abre caminho para uma nova chave de pensamento a respeito do paradigma schwarziano, uma vez que houve quem tivesse produzido uma hermenêutica da realidade brasileira compreendendo o trabalho de forma central e multidimensional antes mesmo de se tornarem uma questão acadêmica bem delineada, conforme veremos mais adiante.

O modelo criticado por Schwarz produz uma série de consequências negativas para o conhecimento científico brasileiro, pois atenta contra a realidade concreta que deveria dá-lo suporte. Ou seja, a realidade é ignorada sistematicamente e, quando se torna inevitável fazê-lo, geralmente em situações-limite, há um vocabulário específico para lidar com os problemas sem ameaças à estrutura.

Notadamente, isso não depende apenas da narrativa, mas da cumplicidade das instituições - poder público, imprensa, agremiações literárias - com esse tipo de conhecimento ao legitimá-lo e reproduzi-lo para fazer valer a sua atuação desigual com diferentes grupos. Sendo assim, não é demasiado acusar a suspeição de uma intelectualidade cujos principais compromissos são a conveniência, a alienação e a naturalização do alto nível de exploração do trabalho praticado no Brasil à luz de rótulos mais aceitáveis de civilidade.

Portanto, a crítica de Schwarz permanece válida a nosso ver, já que expor o favor como um imbróglio traz à baila as relações contraditórias que o sustentam, todas elas muito diferentes do que afirma a ideologia em si.

Entretanto, é preciso demarcar o silenciamento do papel da política ao se envolver com esse discurso. Não nos parece razoável que a relação entre ideias e lugar exclua da política uma reflexão crítica apropriada, uma vez que ela é o lugar, por excelência, das disputas entre ideias e lugares, tanto no Brasil como na Europa.

Nesse ponto nosso desacordo com Schwarz se aprofunda:

O favor é a nossa mediação quase universal e sendo mais simpático do que o nexu escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção. (SCHWARZ, 1977, grifos do autor)

Posta desse modo, a síntese sobre a função do favor no pensamento brasileiro explica sua universalidade ao mesmo tempo que coloca sob inocência, devido ao caráter “compreensível” e “involuntário”, muitos escritores que fizeram sua carreira em torno da produção de uma falsificação. Na verdade, as interpretações sobre o Brasil sempre estiveram vinculadas a um sentido político que estava para além do engajamento acadêmico, como dito por Antonio Candido, mas diretamente relacionada às demandas da elite colonial.

Nesse ponto, Carolina desponta mais uma vez como um ponto fora da curva porque em *Quarto de Despejo* apela para a política o tempo todo, não apenas relegando à literatura propriamente dita a tarefa de fazer valer suas reivindicações. Em inúmeras passagens ela explicita demandas políticas relacionadas à moradia, educação, saúde e assistência social, além de citar nominalmente quadros políticos da época, majoritariamente alvos de críticas. Com isso a escritora se afirma politicamente, tornando-se sujeita da sociedade contraditória

em que vive e elaborando uma plataforma política própria a partir disso, como tantos outros também o fizeram.

Em suma, os principais pontos levantados até agora nos levam à *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, como maior exemplar de como esse mecanismo funciona. Trata-se de um verdadeiro pilar do pensamento social brasileiro: influenciou a geração de 1930, como citado por Antonio Candido, e até hoje tem ressonância no senso comum graças ao entendimento de que o Brasil é fruto da interação entre portugueses, negros e povos indígenas (o autor faz uso do termo *índios*) em um singular caso de hibridismo cultural, formando uma sociedade desigual, mas plural e harmônica.

Casa Grande & Senzala: Formação e Modernidade Conservadora

Muitos consideram Casa Grande & Senzala um livro ofensivo - e de fato é. Para entendê-lo como uma obra razoavelmente isenta é preciso considerar aceitáveis um amplo conjunto de preconceitos raciais, visto que o autor não esconde em nenhum momento sua visão racista, tecida de forma ostensivamente pretensiosa. Tal postura tem a ver com a hegemonia do positivismo no pensamento científico na década de 30. Por mais ecléticas que a antropologia e a forma ensaística da escrita de Freyre pareçam, no fundo seu conceito de cultura tem um caráter duro, sendo o *costume* a unidade positiva observável:

Atualmente a antropologia evita fazer, pelo menos explicitamente, uma hierarquização de culturas, o que não é o caso do autor em sua época. Por causa disso há quem defenda que criticar Gilberto Freyre por causa dos seus posicionamentos fugiria ao contexto, recaindo no anacronismo. No entanto o racismo é estrutural no Brasil e a presença e persistência dele no senso comum, justificado muitas vezes pelas ideias freyreanas, revela que o conjunto de preconceitos que basearam Casa Grande & Senzala permanece vivo tal como era antes da publicação do livro.

Dessa forma, o que torna Gilberto Freyre racista não é necessariamente o fato de ser *fonte* desse discurso, mas por selecioná-lo e reorganizá-lo em uma *hermenêutica* para satisfazer uma certa ordem das coisas. Em outras palavras, significa dizer que ele elabora criativamente uma narrativa da formação do Brasil baseada no racismo que justificava a escravidão.

Atualmente já é possível analisar Gilberto Freyre sem a aura do conhecimento positivista e identificar como sua interpretação do Brasil está diretamente ligada às suas relações familiares. LIMA (2014) assim descreve essa relação entre problemas domésticos se convertendo em problemas científicos:

Quando anotamos a intimidade e a confissão, logo é fácil de ver o grande papel que desempenham os sentimentos e a forma de expressá-los. Ele não teme ser o primeiro campo de prova disso. *Casa-grande & Senzala* é produto de um projeto de interpretação do Brasil cuja consecução mais ambicionada era a síntese. Partindo da história da infância, ele a ampliou para a história da família - e classificou-a como do tipo patriarcal, e nisso também ancorou o exame do sistema que ao mesmo tempo a sustenta e é sustentado: a economia baseada em trabalho escravo. Mas as relações de escravidão, especialmente dentro da casa, não eram somente de conflito, eram também de acomodação, de amalgamento, de fusão. (LIMA, 2014, p. 164)

O autor tem origem na classe média pernambucana. Pernambuco é um lugar-chave para entender sua trajetória, pois é uma região que conheceu a prosperidade com o modelo de latifúndio do açúcar com exploração de mão de obra escrava. Por esse motivo a fantasia nostálgica de Freyre tende a *amaciar gostosamente* os choques produzidos pela produção colonial.

Pernambuco é também um lugar de produção científica ímpar, pois a ocupação holandesa se preocupou em estabelecer instituições científicas na região, criando uma tradição historicamente maior que em outras partes da então colônia. Freyre nasceu e cresceu nesse contexto e estudou em colégios cuja filiação era a educação estadunidense, razão pela qual torna-se o destino de seu intercâmbio acadêmico. Ele estuda na Universidade de Columbia, onde teve contato com a antropologia e iniciou sua carreira acadêmica.

A partir do contato com essa antropologia o autor começa a fazer sua investida científica instrumentalizada. Seu primeiro trabalho esteve voltado para a compreensão de suas raízes familiares e as relações de sua família com a formação daquela sociedade que nascera e crescera. Pouco tempo depois da publicação, o estudo se desenvolveu de modo que a análise doméstica foi projetada para o debate público como uma explicação do Brasil, servindo de modelo para a nacionalidade, em que o nexos cultural contribuiria para o progresso.

Nesse sentido, o contexto histórico é bastante pertinente para compreender a trama de interesses na qual o texto se envolve. Segundo ALENCASTRO (1987), o início do século XX

foi um período em que a mão-de-obra brasileira se territorializa como resultado de intensos fluxos migratórios ligados ao comércio escravista, ao imigrantismo euro-asiático e, internamente, de regiões afastadas dos grandes centros industriais, como o Nordeste. É o momento que a recém-formada República se debruça sobre a questão do *proletariado nacional* e vai procurar formar uma ideologia compatível com essa nova realidade.

A década de 1930 é a esquina da História onde as contradições do processo, inclusive as tentativas de disciplinarização da massa trabalhadora, vão produzir resultados políticos formadores da sociedade brasileira moderna:

Enquanto o mercado de trabalho foi predominantemente alimentado pelo tráfico negreiro e pela imigração — enquanto a economia brasileira comia os trabalhadores crus —, o poder político encontrava-se em face de trabalhadores mantidos em situação de infracidania. Nessas condições o discurso ideológico resumia-se praticamente ao diálogo entre as classes dirigentes (a burocracia imperial e republicana) e as classes dominantes (as oligarquias regionais). A partir do momento em que a reprodução ampliada da força de trabalho se territorializa — quando a economia passa a comer trabalhadores cozidos —, o discurso ideológico não pode mais evoluir intramuros no estreito espaço do poder. Doravante era preciso uma "linha de massa", uma ideologia que encobrisse o sentido e a orientação do cotidiano, que justificasse as relações complexas unindo dominantes e dominados. Nacionalismo e patriarcalismo fornecerão o esteio ideológico da nova fase do mercado de trabalho brasileiro. A emergência de uma administração federal reforçada, o trabalhismo, o populismo varguista eficazmente propulsado pelo rádio (pela primeira vez todo o povo brasileiro ouve a "voz do dono") veiculam o nacionalismo. Casa-Grande e Senzala fornecerá a teoria e a prática do patriarcalismo brasileiro. (ALENCASTRO, 1987)

Dessa forma, Casa-Grande & Senzala se enquadra na encomenda histórica das oligarquias coloniais por uma ideologia que sustentasse o processo de modernização do Brasil, com ênfase para a mudança geográfica, do campo para a cidade, e econômica, do latifúndio para a indústria. Sendo assim, é uma obra que abarca não apenas o mel nostálgico de Gilberto Freyre, mas também a visão conformista dos senhores de terra.

Essa necessidade histórica também foi percebida por Carolina de Jesus ao longo de sua migração do interior mineiro para a capital paulista. Enredada pelo discurso do progresso, sua jornada em direção à cidade grande foi também uma jornada de acumulação das transformações geográficas por que o país passava. Sobretudo neste ponto, literatura e

geografia aproximam De Jesus e Freyre, pois são autores que encontraram na espacialidade do Brasil razão e forma para produzirem suas obras e o fizeram de forma promissora. Na minha opinião, mais rica nela do que nele justamente por não se tratar de uma encomenda da elite tampouco descolada da realidade espacial do trabalho brasileiro.

Nessa trama de interesses, a narrativa da formação do Brasil para Gilberto Freyre consiste na ideia de que os grupos indígenas, negros e brancos se misturaram culturalmente de forma harmoniosa e dessa mistura surgiu a nacionalidade brasileira. Esse tratamento científico heterodoxo para a época é que vai imprimir um caráter gregário, em vez de excludente como seus antecessores, e firmar o costume, uma espécie de artefato ou evidência da mistura, como objeto de estudo:

Ferraz de Macedo, a quem a sensibilidade patriótica de seus conterrâneos não perdoa o amargo de algumas conclusões justas, entre muitas de um grosso exagero, procurando definir o tipo normal português, deu logo com a dificuldade fundamental: a falta de um tipo dinâmico determinado. O que encontrou foram hábitos, aspirações, interesses, ídolos, vícios, virtudes variadíssimas e com origens diversas - étnicas dizia ele; culturais, talvez dissesse mais cientificamente. (FREYRE, 2004)

Como se pode constatar, com o amargo da conclusão justa, o tratamento científico reclamado por ele não é mais que uma mudança de rótulos sem a devida crítica científica propriamente dita.

Não é intenção deste trabalho mostrar quantos pormenores esse vandalismo bem-intencionado deu azo, mas a visão de conjunto viabilizada por ele, aquela que, de costume em costume, ensaia sobre o que considera ser a formação do Brasil:

O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista, encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia dele resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e até hoje nos seus antagonismos. (idem, 2004)

Sem base científica para afirmar nem os fundamentos nem as conclusões, Freyre pavimentou um caminho insalubre pelo qual grande parte das ciências humanas no Brasil patinam até hoje, o culturalismo. Essa perspectiva de análise, como já dito, prevalece até hoje como uma espécie de subtexto que diz que se a conclusão de determinado estudo que coloca em xeque a harmonia da sociedade brasileira vai automaticamente cair na invalidação e no esquecimento, o que se alastra por todas as áreas: a economia, a política, a ciência, a cultura e a sociedade.

Se já verificamos anteriormente como o pensamento social brasileiro mantém sua base de validação na cultura em detrimento do trabalho, aqui podemos novamente perceber como o nexu culturalista afasta a possibilidade de Carolina ser reconhecida como intérprete também porque sua visão de mundo, por mais que também queira buscar harmonia social no Brasil, não deixa de apontar para o desarranjo.

Não é fácil imaginar como deveria ser o status da ciência no Brasil no período para que uma obra desse tipo fosse aceita, mas os interesses políticos que ela representava sim, pois falar em formação do Brasil da forma como ele coloca não tem a ver com a formação *sui generis*, mas justamente do preenchimento de uma lacuna científica e histórica para a impressão de uma identidade nacional, que serviu tanto à elite do café como ao estado varguista.

De certa forma, pode-se dizer que ele teoriza sobre a configuração do país aludindo à formação dos Estados Modernos europeus em uma versão *adaptada aos trópicos*, fixando um mito de origem palatável ao olhar estrangeiro, conveniente à elite e sólido no imaginário social.

Essa interpretação foi impulsionada pelas mudanças econômicas ocorridas no início do século XX, quando a economia estava começando a se modernizar e exigia uma nova ideologia para basear novas formas de trabalho, como a mecanização da produção, novas divisões raciais, sexuais e sociais do trabalho e, principalmente, o assalariamento da mão-de-obra.

Logo, cabe aqui dizer o quão contraditório foi Antonio Candido ter afirmado que o Estado Novo não conseguiu abafar a importância do livro quando, na verdade, se trata de um período em que o ufanismo era um pilar de sustentação do projeto de modernização do país e o texto de Gilberto Freyre esteve a serviço.

Enfim, é preciso dizer que essa interpretação do Brasil tem o status de oficialidade exatamente por seu caráter de inércia social, que mais justifica a falta de mudanças que aponta para a

superação desse modo de pensar, ser e agir do modelo colonialista. A cultura é o sumo positivo extraído de uma relação marcada pela violência, mas essa mesma violência é tida como necessária para produzir a cultura dita nacional.

A constatação disso leva ao rechaço de qualquer possibilidade de *colonização suave*, bem como de qualquer hibridismo estéril que não passa de um apaziguador de toda violência colonial como se este fosse o resultado desejado por todos os grupos sociais e políticos envolvidos nessa interação violenta. Em outras palavras, como se os ganhos não fossem, enquanto projeto e execução, exclusivamente voltados para a metrópole portuguesa enquanto as perdas e os danos dessa dominação fossem exclusivos aos povos indígenas, detentores da terra, e dos povos africanos - feitos negros, traficados, escravizados e submetidos ao trabalho forçado, à indignância e à tortura -, força de trabalho decisiva da empreitada colonial.

Assim, a colonização híbrida e harmonizadora de contrastes pretendida por ele vai se confirmando ao longo do texto à medida que os aspectos de mistura e adaptação estejam alinhados aos desígnios ocidentais. Não há exclusão de índios nem de negros, mas sua incorporação é baseada no racismo, ou seja, na inferiorização e negatização das respectivas culturas frente à do português. E todas elas sob a mesma situação de origem: *desejam se misturar*, isto é, rejeitando que o dano produzido pelos pela colonização portuguesa leve à conclusão de que a “mistura” não foi quista nem positiva, garantindo, por princípio, o silenciamento das vozes dissonantes no interior do texto.

Os problemas que foram causados pela incorporação desse tipo de pensamento na ordem política são vários e de muitas ordens. Para nossa análise são dois os vetores importantes: a colonização híbrida e a democracia racial.

O problema da colonização híbrida de Gilberto Freyre é tamanho porque ele traz para o mesmo plano de análise, e de forma bastante grosseira, as relações portuguesas travadas no Mediterrâneo e no Atlântico. O amálgama entre uma e outra é apenas a própria vontade e determinados conhecimentos do autor sobre ambas as realidades, porém, submetidas ao rigor da crítica científica, não se sustentam conforme sua pretensão.

Para ele o português é um tipo uno e idealizado que não se diferencia das suas relações históricas com povos da Península Ibérica, Norte da África e restante da Europa com os povos

costeiros da África Subsaariana e Sul da América, que efetivamente submeteu ao trato colonial. Essa diferenciação é importante e decisiva para entender com quem o português se envolveu como *igual* e com quem se envolveu como *supremo*.

O que é chamado de superioridade portuguesa é uma forma de dominação que se caracteriza pela adaptação à adversidade, dada em três chaves principais: mobilidade, miscibilidade e aclimatibilidade, sendo elas mesmas mistificações de processos que nada tem a ver com adaptação. Considerando os objetivos deste trabalho, falaremos apenas das duas primeiras.

A mobilidade é a maneira a qual ele se refere ao trânsito marítimo, característico da principal atividade econômica de Portugal. Entretanto, o termo aqui é empregado para neutralizar o tráfico negreiro face aos deslocamentos necessários à administração colonial:

Os indivíduos de valor, guerreiros, administradores técnicos, eram por sua vez *deslocados pela política colonial de Lisboa* como peças em um tabuleiro de gamão: da Ásia para a América, ou daí pra África, conforme conveniências do momento ou de religião. A Duarte Coelho, enriquecido pela experiência na Índia, entrega D. João III a nova capitania de Pernambuco; seus filhos, Jorge e Duarte de Albuquerque, adestrados nos combates contra os índios americanos, são chamados às guerras mais ásperas na África; da Madeira vêm para os engenhos do norte do Brasil técnicos do fabrico do açúcar. Aproveitam-se os navios da carreira das Índias para o comércio com a colônia americana. *Transportam-se da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros. Uma mobilidade espantosa.* O domínio imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo então conhecido como em um formidável jogo de quatro cantos. (idem, p. 70, grifos meus)

Bem se vê como o esquema argumentativo que envolve a capitania de Pernambuco ocupa maior espaço e preocupação nesse trecho do que a *mobilidade espantosa* que sequestrou nações inteiras de povos africanos, levando-os em condições sub-humanas em navios negreiros para serem vendidos e forçados ao trabalho agrícola no Brasil. A escravização fica sublimada por um artifício retórico que esconde, sob a égide da adaptação, um processo de destruição de vidas e culturas. Notoriamente não parece ser um processo que vá resultar em harmonização cultural ou social, afinal de contas não permite diferenciação histórica entre o início e o fim de um período que contempla mais de trezentos anos.

Carolina de Jesus era neta de um homem nascido no século XIX, época final desse horroroso ciclo, que ainda menino foi traficada e escravizado ao chegar no Brasil. Não é possível sequer

pronunciar sua genealogia usando um vocabulário tão hipócrita, que dirá querer que ela caiba dentro dessa perspectiva de análise. Mesmo se compararmos o aspecto do deslocamento em ambos os autores, veremos que em *Quarto de Despejo* não há falseamento sobre a dureza da vida que ela e os demais levam, aliás, levar essa realidade a cabo da literatura é um de seus principais propósitos.

Seguindo o mesmo entendimento, a miscibilidade é celebrada como um mecanismo de crescimento demográfico para atender os interesses coloniais. Em menor número para administrar os territórios ocupados, o estupro sistemático de mulheres é chamado de segredo de uma vitória e não o escândalo de uma cultura de violação que, assim como o racismo, é estrutural no Brasil:

A mobilidade foi um dos segredos da vitória portuguesa, sem ela não se explicaria ter um Portugal quase sem gente, um pessoalzinho ralo, insignificante em número - sobejo de quanta epidemia, fome e sobretudo guerra afligiu a Península na Idade Média - conseguido salpicar virilmente do seu resto de sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias umas das outras: na Ásia, na África, na América, em numerosas ilhas e arquipélagos. A escassez de capital-homem, suprimam-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e *onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo, quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas por parte do Estado.* (idem, p. 70, grifos meus)

O texto é bastante direto quanto ao fato de que o maior interesse de tantos *machos atrevidos* que se *misturaram gostosamente com mulheres de cor* era firmar uma prole que lhes garantisse a *posse de terras vastíssimas* (idem, p. 70), ou seja, a dita hibridização cultural tem a ver na verdade com um projeto político de invasão, tomada e controle de terras.

Precisamente por isso é bastante grave que tantos autores e críticos de renome, o qual Antonio Candido desponta devido ao seu elogioso prefácio, tenham passado por excertos como esse tendo dado tão pouco valor ao que significa de fato ou, pior ainda, extraindo lições úteis à cultura brasileira uma vez pautadas na objetificação e violência contra mulheres negras, brasileiras e africanas, e indígenas.

Como seria possível reconhecer os feitos de mulheres brasileiras com um imaginário nutrido por esse tipo de romantização da objetificação e do estupro da mulher? Certamente são muitas

as mulheres notáveis como Carolina que fogem à essa terrível regra a qual uma parte da sociedade convencionou ser aceitável. A afirmação de si enquanto mulher-sujeita digna de voz, de liberdade e de direitos é um fator tão intrínseco a Carolina de Jesus que Casa Grande & Senzala sequer sonha alcançar.

Além do exposto, é importante salientar outros elementos da colonização híbrida. Apesar de falar em adaptação, os propósitos da dominação eram extrair e produzir riquezas, especialmente pela introdução do monocultivo e do latifúndio como cultura agrícola. Para Freyre, os povos e a natureza presentes no território invadido eram *inimigos do homem* (p. 78), de sorte que despreza a possibilidade de adaptação do europeu ao modo de vida indígena e estabelece como ideal o *esforço civilizador* para desenvolver trabalho no Brasil. Interessante notar como, ao tratar desse assunto, a cultura que interessa é a da cana-de-açúcar e o caráter supremo da civilização portuguesa se transforma na dificuldade típica de introduzir uma cultura agrícola em um novo meio:

O português vinha encontrar na América tropical uma terra de vida aparentemente fácil; na verdade difícilíssima para quem quisesse aqui organizar qualquer forma permanente ou adiantada de economia e de sociedade. Se é certo que nos países de clima quente o homem pode viver sem esforço da abundância de produtos espontâneos, convém, por outro lado, não esquecer que igualmente exuberantes são, nesses países, as formas perniciosas de vida vegetal e animal inimigas de toda cultura agrícola organizada e de todo trabalho regular e sistemático. (idem, p. 78)

A facilidade com que a argumentação em defesa do latifúndio resulta em *equilíbrio de antagonismos* (idem, p.116) impressiona, principalmente se considerarmos as marcas perniciosas que esse modelo imprimiu na história e na sociedade brasileiras, cujos antagonismos, infelizmente, não foram superados até hoje. A conclusão do processo descrito e narrado é pela harmonização, porém os chamados costumes, como já dito anteriormente, são, via de regra, preconceitos sociais naturalizados pela sociedade escravocrata e latifundiária que os criou e alinhados por alguém interessado em justificar essa mesma sociedade.

A reforma agrária, inclusive é outro tema de suma importância para se compreender a vida e a obra de Carolina de Jesus e certamente uma das maiores contribuições deste trabalho. Mais adiante veremos como a trajetória de vida da escritora foi em grande medida pautada pelo interesse de fazer acontecer a distribuição de terras no Brasil.

Enfim, o que é chamado de *formação* é resultado da omissão do confronto e do dissenso presentes ao longo de toda a História do Brasil, o que fica nitidamente marcado ao trazer à baila termos mais apropriados às discussões empreendidas por Freyre como tráfico negreiro, cultura de estupro, concentração de terras e, evidentemente, trabalho escravo. Sobre este último, diante da tacanha pergunta se *teria sido mesmo um crime escravizar o negro e levá-lo à América*, Gilberto Freyre tenta jogar para a torcida uma posição que, se não é exclusivamente própria, é de sua inteira responsabilidade estar assim expressa:

Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo. (idem, p. 323)

Não há meios disfarces, meias palavras nem outros subterfúgios para assumir explicitamente sua posição escravocrata e favorável ao latifúndio. Nesse sentido, não é que o autor tenha fugido ao tema do trabalho como nos diz a crítica schwarziana e sim que, sob esse viés, seu olhar soa mais desagradável do que a controversa originalidade dos rótulos culturalistas usados para sustentar seu posicionamento.

Caso fossem mais acusadas essas ideias, o envolvimento político e institucional com os latifundiários no Brasil e com o ditador Salazar nas colônias africanas sob controle de Portugal causaria menos espanto e estaria mais suscetível a críticas do que estando sob o pedestal em que foi colocado. Pedestal esse que, seja pela concordância, seja pela negligência, foi o caminho que deu margem e sustentação à chamada democracia racial, cuja principal função, historicamente reconhecida, é a de bloquear a realidade do debate racial no Brasil.

O Pensamento Social Brasileiro é uma pedra angular sobre os estudos de Brasil e tem lastro social e acadêmico significativos. Atualmente é visto com maior criticidade haja vista a forma como o campo tende a conservar a estrutura social como está, mesmo que seus problemas estruturais da sociedade sejam recolocados de tempos em tempos.

Além disso, os principais expoentes do campo têm suas teses fundamentadas na hierarquização das culturas brasileiras, que se traduz na valorização da cultura ocidental da colonização europeia e pelo despejo às culturas de negros e indígenas. Essa faceta do

pensamento social expõe o caráter decisivo de comportar Carolina de Jesus, uma escritora negra, no rol de intérpretes brasileiros.

Diante das propostas de reforma e inovação do campo, adotamos uma linha convergente, pois a defesa que fazemos de Carolina de Jesus como Intérprete do Brasil a considera necessária para a constelação de textos canônicos ao mesmo tempo em que traz temas novos ou pouco prestigiados por essa mesma constelação, em especial o trabalho, a pobreza e a fome.

Seção II: Democracia Racial: Guimarães e Nascimento

A ideia de que o Brasil, formado pela escravidão negra, é um país de relações raciais harmônicas não é propriamente uma inovação de Gilberto Freyre. Suas ideias são largamente inspiradas pelos discursos abolicionistas que circulavam durante o século XIX, como o mito das três raças e o mito do paraíso racial.

Segundo GUIMARÃES (2001), o mito do paraíso racial se deve ao fato de não haverem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor, o que levava à conclusão de que igualmente não havia preconceitos nem discriminações raciais ou, ainda, que a escravidão no Brasil era mais suportável que em outros contextos.

Entretanto, não é aí que reside a origem da expressão “democracia racial”. Foi necessário um longo caminho que acompanhou as transformações sociais a respeito do tema para que chegasse ao que entendemos hoje. Nessa linha, a evolução do conceito pode ser organizada em três fases: o ideal, o pacto e o mito.

Em um primeiro momento, a ideia de paraíso racial é dissociada da ideia de democracia como sistema de governo, ela aparece como um consenso social que caracteriza o estado das coisas. A democracia, neste ponto, é a prova de fogo daqueles que consideram o Brasil um país em que há harmonia de raças: esse estado das coisas não parecia resultar em um sistema político harmônico.

A década de 1930 também proporciona a organização política dos negros, que já identificavam uma situação de degeneração social, que, na época, é atribuída à fraqueza moral. O conteúdo histórico produzido pela ideia de Freyre com a sua “cultura” e o amadurecimento político dos negros com o período Vargas resultam no ensaio de tentativas a novas práticas políticas.

GUIMARÃES (2001) assim descreve a questão:

A grande novidade que representou a vulgarização do conceito de “cultura”, cunhado pelas ciências sociais, em detrimento do conceito biológico de “raça”, será a de negar o caráter irreversível da inferioridade intelectual, moral e psicológica dos negros. Não o de negar tal inferioridade, senão de transferi-la para o plano da cultura, tornando-a passageira e reversível. (GUIMARÃES, 2001, p. 4)

Assim surge um pacto racial-democrático em que lideranças e intelectuais negros vão comartilhar do ideal de integração do negro como parte do projeto nacional-desenvolvimentista. Vale ressaltar que nesse escopo fazem parte tanto Gilberto Freyre como Solano Trindade, ou seja, um quadro muito mais amplo que o pensamento social proposto por Candido.

Entretanto as divergências não demorariam a aparecer, principalmente em relação ao embranquecimento da cultura (cultura afro-brasileira) e o próprio combate ao preconceito racial, impondo limites ao pensamento freyreano.

Essa janela histórica abrirá margem para que nos anos 1950, no esteio à crítica do fascismo varguista, a democracia seja o meio pelo qual se reafirmará a política. Somada à crítica da democracia burguesa por parte da esquerda, novos adjetivos foram produzidos e a democracia racial é um deles.

Sob a avaliação de que a Abolição não fora completa por não ter integrado o negro na sociedade brasileira, o movimento negro vai apontar a necessidade de uma Segunda Abolição, pois a primeira se revelou falsa. Assim, o termo democracia racial ganha um novo contorno em que uma pauta reivindicatória distinta ao pacto então vigente vai se sobrepor.

Essa parece ser a melhor fotografia do pensamento carolinano no período. À revelia das vertentes críticas que enquadram Carolina como uma personalidade que já rompeu com o paradigma da democracia racial, na verdade ela demonstra traços do abolicionismo clássico e do projeto de Segunda Abolição. Vejamos alguns excertos de “Casa de Alvenaria”:

Xinguei o reporter. Aquele cachorro podia comprar uma casa limpa para mim. (...) Eu não queria esta casa, mas o reporter predomina. Anula todos os desejos que manifesto. Mas, eu tenho que tolerá-lo. Foi êle que auxiliou-me, por isso prevalece. Mas o dia 13 de maio ele há de dar-me a minha liberdade. (DE JESUS, 1961, p. 125)

O céu está bellissimo. As nuvens estão vagueando-se. Umas negras, outra côr de cinza e outras claras. Em todos os recantos existe a fusão das cores. Será que as nuvens brancas pensam que são superior as nuvens negras? Se as nuvens chegassem até a terra iam ficar horrorizadas com as divergencias de classe. Aqui na terra é assim: o preto quando quer predominar é morto. Podemos citar Patrice Lumumba.

Creio que devo ficar contente em nascer no Brasil, onde não existe odios raciais. São os brancos que predominam. Mas são humanos e a lei é igual para todos. Se

analisarmos os brancos mundiais, os brancos do Brasil são superiores. (idem, p. 148 e 149)

A igreja estava inacabada. Gostei do sermão, agradecendo a Deus por ser brasileira. Viver neste país sem temor. Devemos amar este país onde não há preconceito de cor. (idem, p. 174)

Hoje é 13 de maio, dia consagrado aos pretos, que vivem tranquilos mesclados com os brancos. Hoje é um dia em que nós os pretos do Brasil podemos bradar:

- Viva os brancos! (p. 177)

O salão estava iluminado como um palco. Lá no fundo, os músicos uniformizados. Pretos e brancos mesclados numa festa fraternal. (p. 178)

Tendo em vista tais passagens, torna-se possível visualizar uma amostra razoável do conjunto de discursos políticos que rondavam o pensamento de Carolina de Jesus no início dos anos 1960. Ela parece partilhar da ideia de que não há preconceito de cor no Brasil ao mesmo tempo em que, sintonizada ao movimento negro da época, desejava um processo político que realizasse a abolição plenamente.

Nesse momento, Freyre, responsável pela atualização da ideia abolicionista de paraíso racial, vai se colocar no plano político como defensor do pacto racial-democrático frente à polarização proporcionada pela “negritude”, afirmando a harmonia da cultura portuguesa e relegando a “negritude” ao posto de mistificação”.

Guimarães (2001) pontua que a vitória do conservadorismo em 1964 é que vai sepultar o ideal de democracia racial já esgarçado. O golpe acaba com o ideal de democracia racial e surge a denúncia do seu mito de caráter conservador. Nas palavras de Florestan Fernandes:

Portanto, as circunstâncias histórico-sociais apontadas fizeram com que o mito da ‘democracia racial’ surgisse e fosse manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais ‘aristocráticos’ da ‘raça dominante’. Para que sucedesse o inverso, seria preciso que ele caísse nas mãos dos negros e dos mulatos; e que ester desfrutasse de autonomia social equivalente para explorá-lo na direção contrária, em vista de seus próprios fins, como um fato de democratização da riqueza, da cultura e do poder. (GUIMARÃES apud FERNANDES, 1965, p. 205)

Eis que no terceiro momento avaliado que começa no final dos anos 1970 e perpassa os anos 1980, surge o MNU (Movimento Negro Unificado) reivindicando, em vez de uma segunda abolição, uma sociedade pluri-racial democrática. Recuperando o legado dos movimentos negros passados, o MNU coloca como central a denúncia da democracia racial, usada como instrumento para frear as lutas antirracistas. Antes da política, a cultura será o meio para o qual a intervenção se direciona como forma de auto-afirmação do negro frente ao embranquecimento. Esse processo de amadurecimento vai servir como conteúdo para uma agenda política que trará em seu bojo a diferença cultural lado a lado com a exigência de direitos.

Mais tarde, a academia reagiu ao protesto negro e redefiniu alguns parâmetros buscando entender a relação do mito da democracia racial com o racismo praticado no Brasil. Se por um lado houve assunção do racismo como presente na sociedade brasileira, por outro lado procurou-se também entender a expressão de um mito das três raças que imperava no senso comum. Surgem aí expressões como racismo à brasileira, que vai tentar dar conta de como o racismo é praticado no Brasil à luz de uma ideologia, à primeira vista, apaziguadora.

Ou seja, ao que parece, a denúncia do “mito da democracia racial”, forjada por Florestan em 1964, que respaldou toda a mobilização e protestos negros nas décadas seguintes, sintetizando a distância entre o discurso e a prática dos preconceitos, da discriminação e das desigualdades entre negros e brancos no Brasil, finalmente se esgota enquanto discurso acadêmico, ainda que como discurso político sobreviva com alguma eficiência.

Na academia brasileira, o “mito” passa agora a ser pensado como chave para o entendimento da formação nacional enquanto as contradições entre discursos e práticas de preconceito racial passam a ser estudadas sob o rótulo mais adequado (ainda que altamente valorativo) de “racismo”. Ou seja, no mesmo terreno em que o movimento negro o pôs. (GUIMARÃES, 2001, p. 17)

Guimarães pontua que esse reposicionamento acadêmico aconteceu em virtude de certo exagero do movimento em querer fazer crer que o paraíso racial era na verdade um inferno. O autor também critica o uso do termo genocídio (idem, p. 16) em função de achar a terminologia exagerada, mas, a nosso ver, subestima o fenômeno, que Abdias Nascimento vai buscar compreender em sua expressão mais alargada.

Na minha opinião, o exagero é subestimar o poder de vigência e influência do racismo na sociedade brasileira, que é muito profundo. Mesmo não sendo verdadeira sob qualquer ponto

de vista que valorize a vida humana e a diversidade de possibilidades que ela implica, a eugenia é uma ideologia que prega a eliminação do negro e deseja se cumprir, ou seja, assume abertamente um caráter genocida. Conquanto Nascimento não estava iludido a respeito de uma democracia racial em que esse tipo de discurso não fosse combatido, o emprego do termo genocídio não é apenas adequado como necessário para entender como o racismo se institucionalizou no Brasil sob várias formas para cumprir um projeto de eliminação do povo negro que a escravidão formou no Brasil.

A obra de NASCIMENTO (2016) ao denunciar o genocídio do negro brasileiro analisa as consequências da democracia racial para esse projeto de aniquilação em sua fase moderna face ao aprendizado histórico do movimento negro com a ideia de democracia, em sua dimensão política do negro, e raça, sua posição social diante do colonialismo.

A denúncia do autor se direciona fortemente à sociedade e ao poder público sobre o racismo no Brasil. Sua intenção é quebrar o tabu existente em relação ao tema e desmistificar categorias acriticamente aceitas cuja função é contribuir para o processo de desaparecimento do negro. Ao criticar diretamente Gilberto Freyre ele diz:

Freyre cunha eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo *morenidade*, não de trata ingênuo jogo de palavras, mas sim de uma proposta vazando uma extremamente perigosa mística racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapeleável do descendente africano, tanto fisicamente, quanto espiritualmente, através de malicioso processo do embranquecer a pele negra e a cultura do negro. (p. 49 e 50)

No texto, impera uma visão de confronto à ordem estabelecida e negação das noções de mistura harmoniosa que Gilberto Freyre quis imprimir em “Casa Grande & Senzala”. O maior exemplo é a miscigenação, que, no caso, é tratada como uma estratégia de embranquecimento do povo negro ao longo de gerações. Sua expressão mais concreta é a figura do mulato, que

Situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante. Durante a escravidão, ele foi capitão-de-mato, feitor e usado noutras tarefas de confiança dos senhores e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo da nossa “democracia racial”. Nele se concentraram as esperanças de conjurar a “ameaça racial” representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degraus da escada da branquificação

sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil. (p. 83)

A posição do autor não é de estimular um conflito racial em torno desse debate, mas expor uma situação que já é vivida e sentida pelos negros no país. Diferentemente da ideia de há harmonia racial e igualdade de condições e oportunidades o que se revela é que há, na verdade, muitos subterfúgios para mascarar a realidade do negro do Brasil, que só seria menos dura conforme ele se encaminhasse na direção do branco, embranquencendo-se em múltiplas dimensões.

Ao discutir o aspecto da discriminação racial, o autor chega ao problema das favelas, que se tornaram o lugar social dos negros nas grandes cidades. Ele menciona “Quarto de Despejo” e faz o seguinte comentário:

Em São Paulo, a moradia mais comum era o porão e, mais recente, as zonas chamadas de favela. O retrato de corpo inteiro da favela paulista está no livro de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo*, um terrível testemunho da vida da autora na favela. Traduzido para várias línguas, *Quarto de Despejo*, é um dos raros livros brasileiros de circulação em vários países. Carolina Maria de Jesus, apesar do êxito internacional de seu livro, acaba de falecer em São Paulo nas mesmas condições de favelada. (p. 99)

A menção à Carolina de Jesus serve como parte da denúncia das condições de moradia dos negros em São Paulo, mas também da sua própria situação de descaso e abandono enquanto escritora negra bem sucedida por parte das instituições literárias brasileiras.

A menção é significativa também para mostrar qual era o entendimento que o movimento negro fazia de Carolina até este momento, como uma figura representativa da denúncia das condições da favela, mas ainda não reconhecida como literata negra, coisa que os anos seguintes tratariam de fazer.

A ideia de democracia racial atribuída à obra de Gilberto Freyre povoou o imaginário racial do Brasil moderno e acompanhou as mudanças sociais ocorridas no Brasil ao longo do século XX, além de ter sido ela própria transformada por elas. Nessa evolução, o conceito deixou vestígios em muitos pensadores e ativistas negros e Carolina de Jesus não foge à regra.

A escritora exprime muitas contradições em seus escritos, uma vez que parece partilhar dos aspectos mais conservadores do abolicionismo, como a subalternidade do negro em relação ao branco, ao mesmo tempo em que conclama o fim das injustiças raciais que ela testemunha ou experencia.

A falta de posicionamento organizado e coeso a respeito da discussão racial no Brasil é justamente o fator de distanciamento de Carolina e do movimento negro, que em meados do século já tinha uma agenda política melhor elaborada e pouco afeita ao discurso da harmonial racial.

Dessa forma, a imagem de Carolina de Jesus projetada por algumas vertentes críticas como uma revolucionária da causa negra não corresponde ao perfil verificado em sua obra conhecida. A escritora exhibe, na verdade, variadas facetas do acúmulo histórico de sua trajetória de vida, correspondendo ou não aos anseios do movimento negro organizado.

A geração de 1980, que instituiu o atual entendimento sobre democracia racial, foi capaz de apontar elementos significativos do genocídio negro verificados ao longo da história, no qual o embranquecimento é o corolário de maior destaque. Nessa chave, o sucesso e esquecimento de Carolina é exemplo do tratamento das instituições literárias a personalidades negras.

O resgate da vida e obra de Carolina de Jesus como uma figura de destaque do movimento e da literatura negra aconteceria anos depois, ganhando maior fôlego após os anos 2000. Nesse período, no qual o presente trabalho se inscreve, a escrita de Carolina desperta para outros temas que não exclusivamente ligados à questão racial, permitindo uma abertura maior para a crítica e análise literárias e do conjunto da sociedade.

CAPÍTULO II

Seção I: Carolina de Jesus, intelectual negra

No brilhante artigo “Intelectuais Negras” de bell hooks, a autora se dedica a responder o dilema do intelectual negro proposto por Cornel West sob a ótica do sexismo, que provoca outro conjunto de situações para a atividade intelectual de mulheres negras.

O texto de hooks (1995) parece uma sinopse de como foi a fase de formação de Carolina de Jesus, desde a punição por “querer saber demais” em uma família que pouco valorizava sua busca por conhecimento até a “suspeita” que seus estudos despertavam na mentalidade provinciana de Sacramento, MG - chegando ao cúmulo de ser presa ainda criança por ler um dicionário.

É o conceito ocidental racista/sexista de quem e o quê é um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atua para negar às mulheres negras a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar ‘interdito’. (hooks, 1995, p. 468)

Essa breve reflexão serve para produzir as primeiras reflexões sobre a abordagem do capítulo, que buscará traçar características marcantes do pensamento de Carolina de Jesus e também justificar porque “Diário de Bitita”, que é um livro de memórias sobre sua infância, será aqui tratado como uma obra sobre os anos iniciais da formação da escritora.

“Diário de Bitita” é o nome do livro de memórias de infância da autora publicado postumamente por uma jornalista brasileira na França. Os manuscritos eram direcionados à Vera Eunice e seu nome original era “Um Brasil para os brasileiros”. Notadamente são memórias, não um diário como sugere o título, pois não há datas nem indicações de idade, mas uma sequência de acontecimentos que cobre a primeira infância até o início da juventude.

Carolina nasceu em Sacramento, Minas Gerais, em 1914 - apenas 26 anos depois da Abolição. A pequena cidade fica localizada no sul do estado, próximo ao Rio Grande, que faz divisa com São Paulo; assim, as grandes cidades ao redor são as mineiras Uberlândia e Uberaba e as paulistas Ribeirão Preto e Franca.

Desde muito pequena ela relata que era observadora e curiosa, inclusive atraindo a impaciência dos seus familiares. Além disso sua inteligência era muito aguçada, capaz de chegar rapidamente em questões filosóficas como “o que é ser gente” em tenra idade:

Um dia perguntei a minha mãe:

– Mamãe, eu sou gente ou sou bicho?

– Você é gente, minha filha

– O que é ser gente?

A minha mãe não respondeu. (p. 15 e 16)

Segundo SILVA (2011), o trecho é representativo de um conjunto de reflexões presentes na obra conhecida de Carolina:

O diálogo travado na epígrafe acima pode assumir o grau de síntese de longas passagens da vida de Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Ele é, como grande parte de sua produção mais conhecida, uma reconstrução memorialística e autobiográfica. Considerando-o resumo da trajetória de De Jesus é a partir dele que se procurará entender aspectos iniciais do percurso dessa escritora. Eles se coadunam com discussões sobre a trajetória do grupo negro no pós-abolição. (SILVA, 2011, p. 221)

Não podemos deixar de notar a adoração da menina pelo avô, sua figura favorita na família. Ele nasceu em solo africano, trabalhou na condição de escravo a vida inteira nas lavouras e não pode estudar. Carolina o considerava sábio e o contato com ele a influenciou a tomar gosto pela linguagem e iniciou-a dentro de uma tradição oral que pesquisas recentes têm apontado terem origem na filosofia banto¹. É importante destacar que o papel da memória é preponderante na cultura oral, evidência de como Carolina desenvolve uma maestria mnemônica em seus escritos.

Certamente é uma figura de poder para Carolina que legitima suas primeiras reflexões sobre o racismo brasileiro, estabelecendo uma “moral negra”, que foi capaz de humilhar um juiz em público pelos atos de abuso do seu filho e levá-lo à saída da cidade. (DE JESUS, 2014a, p. 32 a 34)

Assim, dá pra perceber que o contato de Carolina com a escola não era um contato inicial com alguma forma de conhecimento, pois já conseguia se educar a partir da oralidade. O contato

¹ Cf. “Poética da Diáspora”, sobre o trabalho em andamento da pesquisadora Elena Pajaro Peres (IEB/USP). Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=T0ncwWD1C9g>>.

com o ensino escolar formal se dará em circunstâncias incomuns dada a situação escolar na Primeira República.

Estamos falando de um tempo em que a educação além de não ser pública era negada aos negros. Em geral, havia escolas militares e seminários reservados aos grandes proprietários. Segundo BIGHETO (2006):

O contexto republicano tem assim de um lado uma elite com acesso à educação, com grandes oportunidades de crescimento, acumuladora de capital, controladora do Estado e patrocinadora da Nação no novo sistema capitalista global, na introdução dos valores e modo de vida burguês e liberal, enfim representante de uma modernidade. De outro lado, uma esmagadora população analfabeta, sem participação política, vivendo nos subúrbios, vendendo uma mão de obra pouco qualificada nas indústrias, explorada no sistema de produção, apartada do capital (BIGHETO, 2006, p. 42)

Entretanto, a região em que Carolina nasceu e cresceu teve aporte de muitos religiosos espíritas, incluindo Eurípedes Barsanulfo, convertido do catolicismo, que é citado no livro e teria diagnosticado que as dores de cabeça que Carolina tinha eram porque era poetisa (DE JESUS, 2014a, p. 18).

Como resultado desse assentamento na região mineira, o espiritismo fundou suas igrejas e a primeira escola espírita do Brasil, o Colégio Alan Kardec, onde Carolina estudou. Fundada pelo próprio Eurípedes Barsanulfo, a pedagogia desempenhada ali tratava não apenas de *alfabetizar*, mas de *educar* segundo as bases positivistas da doutrina, que incluía uma forte base científica e filosófica europeia. O *autoconhecimento* estimulado pelo colégio mencionado por alguns críticos tem a ver com isso.

Vejo neste ponto um caminho interessante de pesquisa, mas que não é o foco deste trabalho. Para maiores informações, recomenda-se a dissertação de BIGHETO (2006), em que ele discute as bases educacionais da educação espírita do Colégio Alan Kardec.

Foi uma patroa da mãe de Carolina que insistiu que a menina estudasse no colégio como forma de caridade. Ela é matriculada, sofre com a adaptação à rotina escolar, com o racismo e outras provocações dos colegas (também a professora estimulava a competição entre alunos brancos e negros, na chave de superiores e inferiores, para nivelar o aprendizado da turma) e com o estudo formal propriamente dito. Mas quando aprende a ler toma gosto pela leitura e se

desenvolve rapidamente - quando percebe-se leitora sai pela cidade lendo tudo o que podia. (DE JESUS, 2014a, p. 128 e 129)

Em suma, o contato com a escola foi responsável pela inserção dela numa cultura escrita, de base filosófica europeia, o positivismo, e pela formação de uma “moral branca” relacionada aos estudos religiosos e aos primeiros textos que leu. Seu primeiro livro foi o romance “A Escrava Isaura”, de Bernardo Guimarães, um epíteto do abolicionismo no Brasil.

O que expusemos aqui já é suficiente para apontar uma importante conclusão sobre Carolina, seu *sensu de oportunidade*. Desde muito cedo ela entendeu que precisaria encontrar ou aproveitar oportunidades para desenvolver sua inteligência e sensibilidade.

Esse *sensu* conservou e aprimorou ao longo de sua trajetória de vida características ligadas a um processo científico: a curiosidade, a observação, a reflexão, a crítica, além da atribuição de valor ao conhecimento produzido. Nesse sentido, a reflexão de hooks nos ajuda a resumir o que fora esse processo:

Para contrabalançar a baixa estima constante e ativamente imposta às negras numa cultura racista/sexista e anti-intelectual, aquelas entre nós que se tornam intelectuais devem estar sempre vigilantes. Temos de desenvolver estratégias para obter uma avaliação crítica de nosso mérito e valor que não nos obrigue a buscar avaliação e endosso críticos das próprias estruturas, instituições e indivíduos que não acreditam em nossa capacidade de aprender. (hooks, 1995, p. 474)

Uma das principais conclusões que podem ser apontadas é que Carolina de Jesus, com apenas dois anos de escola, desenvolveu no seu processo de autoconhecimento uma pedagogia própria que pode ser explicada à luz das reflexões de Fanon sobre o negro e a linguagem.

No célebre livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, o autor postula o entendimento de que

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que essa cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... (FANON, 2008, p. 33)

Em seguida, ele discute as relações que se desenvolvem entre aqueles que circulam entre a metrópole e a colônia e entre a província e a capital no contexto Martinica-França, que

reproduzem essa assertiva de variados modos. A reflexão sobre a linguagem se torna importante para compreender a consciência do negro de seu lugar no mundo e na maneira de transformá-lo e é fortuita para ilustrar o modo como o contexto apresentado ajudou a dar forma ao mundo simbólico da autora.

Nessa dinâmica, pode-se perceber dois mundos e modos distintos de como a autora processa a linguagem: a família e a escola, o oral e o escrito, a “moral negra” e a “moral branca”, filosofia banto e filosofia positivista. A discussão de Fanon é direcionada para a crise, o conflito e tensionamento entre essas duas coisas, mas em Carolina, pelo contrário, percebe-se uma acomodação, uma tentativa de equilíbrio entre esses dois mundos que ela tanto valoriza, sendo ambas aproveitadas para sua educação

Assim, diferentemente do tratamento de alguns críticos que falam sobre a escola isoladamente, como se ela fosse ela a única responsável por desenvolver os talentos de Carolina, cabe observar que isso é não só equivocado como limitante para compreender a vida e a obra dela. No entendimento de que sua formação é multifacetada e tem raízes anteriores ao ensino formal, a escola foi uma janela de oportunidade que permitiu que ela desenvolvesse uma pedagogia própria que alia filosofia (banto e positivista), ciência (positivista), literatura (oral e escrita) e moral (de caráter mais conservador, porque ligada à moral do trabalho²).

Nesse sentido, a caracterização dessa pedagogia carolinana não estaria completa sem analisar a figura do seu tio Joaquim. Nas memórias de Carolina há uma passagem interessante em que ela deseja se tornar homem porque não gosta de ser mulher. Nas suas palavras, “o homem que trabalha ganha mais dinheiro que a mulher e fica rico e pode comprar uma casa bonita para morar” (DE JESUS, 2014a, p. 17). Esta idealização infantil parece ter encontrado no seu tio a figura de encaixe. Ao falar sobre ele, Carolina assim o descreve:

O meu tio Joaquim era o mais bravo da família. Era o penúltimo filho e obrigava os irmãos mais velhos a obedecer-lhe. Até a minha mãe, que criou-o após a morte de minha avó, era obrigada a pedir-lhe a bênção. Ele não sabia ler. Empregava a violência. E batia com tanta energia que as pessoas que ele espancava ou lhe obedeciam ou desapareciam da cidade.

² O livro “Provérbios”, de Carolina de Jesus, é um bom exemplo em que pode ser encontrada essa linha moral. Trata-se de uma antologia de pensamentos que orientam uma vida regrada e virtuosa.

(...)

Ele respeitava só o vovô. Quando pedia a bênção, tirava o chapéu e beijava-lhe as mãos. Era o único que não bebia álcool, não vagava. A polícia não o conhecia. (idem, p. 85)

Tio Joaquim era carroceiro e obrigava o sobrinho a trabalhar com ele. O irmão de Carolina não gostava de acordar cedo, mas o tio o forçava à base de chicotadas. Para ele, “o Brasil não deve ser um país de ociosos. As nossas terras precisam de braços.” (idem, p. 87)

Quando o menino recebia o pagamento, ficava cheio de alegria enquanto a irmã sentia inveja e alimentava seu desejo de ter nascido homem para trabalhar e ganhar dinheiro. Pode-se concluir, portanto, que a vontade de ser homem é motivada menos pelo gênero propriamente dito e mais pela autorização social que ele oferece para trabalhar e obter melhor renda. Isso fica ainda mais nítido quando, ao falar das agressões que o tio desferia contra a esposa, Carolina já afirma o desejo de viver sozinha do que com um homem violento ao lado quando crescer (idem, p. 88), o que sugere que não é o uma posição a ser obtida a qualquer custo.

Com essa imagem pode-se entender a liberdade política para mulheres nesse contexto e período, que não permitia à escritora, ainda criança, pensar que poderia fazer o quisesse sendo mulher. Igualmente, pode-se entender a compreensão que ela tinha dos papéis de gênero na sociedade e do alcance de sua crítica a esses mesmos papéis.

Voltando ao tio Joaquim, após a falência de seu casamento ele decide deixar Sacramento para viver melhor com os filhos. Carolina, após sua partida, assim encerra:

Eu pensava “Meu Deus, os pretos precisam ser dinâmicos, mais esforçados, para fazer casas de tijolos. E não se acomodarem dentro desses quartinhos cobertos por capim”. Apesar de meu tio ser rude, eu senti saudades dele. Era um homem honesto. (idem, p. 89)

Logo, a visão que tem do tio é a de um tipo ideal de trabalhador negro brasileiro no período pós-Abolição: que não cede à preguiça (o que justifica o uso constante do termo “indolência” em “Quarto de Despejo” com relação aos que não trabalhavam) nem ao vício (principalmente o álcool, que também critica em “Quarto”), que trabalha para ganhar o seu dinheiro honestamente e sustentar sua família em prol do Brasil. Deve ser por isso que apesar de repudiar o tratamento violento dado por ele às mulheres da família, ao irmão e a si própria, ela diz sentir falta dele, desse tipo ideal e raro de trabalhador naquele meio.

Dito isto, a passagem do tio demonstra como moral e trabalho estão conectados na forma como Carolina constrói sua síntese positiva de nacionalidade. O trabalho virtuoso é peça fundamental para o progresso do país.

É preciso notar que essa formulação, por melhor intencionada que seja, está assentada num tipo de trabalho extremamente precarizado, que se assemelha mais ao trabalho servil desempenhado há até pouco tempo no Brasil do que aquele fruto de conquistas sociais ao longo do século XX. Assim, o real parâmetro das relações de trabalho até então vigentes e que se prolongaria no decorrer do tempo era o de pior tipo e, por isso mesmo, não está imune de reproduzir algum tipo de conteúdo conservador.

A importância de tratar disso nesta seção é que por mais que haja uma duplicidade de consciência e de processamento da linguagem/construção de representação, de sistema de valores morais, o trabalho é o “parâmetro verdadeiro da síntese positiva”, ou seja, o lugar do verdadeiro entre esse mundo ambivalente, justamente porque ele, o trabalho, não pode ser duplo.

Logo, ao tentar aplicar uma ciência positivista, Carolina acaba adotando uma dialética em que tese e antítese são preenchidas por essa ambivalência sem uma predefinição de qual lugar deveria ocupar cada uma, gerando uma alternância entre elas, porém com a métrica do trabalho ela obterá sua síntese, produzindo seu próprio conhecimento.

Dito numa frase, a intelectualidade carolinana é uma síntese própria extraída de uma relação dialética entre as máscaras negras e brancas tendo o trabalho como métrica científica incorporada a um projeto nacional. Acredito que por aí caminha a ideia do título original da obra, “um Brasil para os brasileiros”, e o sentido do projeto racial em Carolina de Jesus, que é não a recusa pelas máscaras brancas ou a tentativa de eliminá-las, já que elas participam da dialética, mas a pedagogia resultante do processo, pois ela é uma síntese *significativa* da interação entre esses mundos.

Carolina passa por momentos marcantes que merecem ser mencionados porque dizem respeito justamente ao trabalho, como a primeira experiência de colonato, positiva embora curta, pois fracassada pela ganância do colono (despertar do *sonho* da reforma agrária, ratificado pelo uso do bucolismo ao descrever a vida no campo, o qual veremos mais adiante); também a situação da prisão (perseguição aos estudos da mulher negra e choque com a mentalidade de Sacramento); a peregrinação para conseguir ajuda médica sozinha ainda

criança (carência de serviço de saúde nos rincões); o maltrato por parentes em Ribeirão Preto (racismo explícito dentro da família); as primeiras experiências de trabalho (trabalho sem salário e perseguição racial na Santa Casa).

Mais tarde, ao final do livro, a escritora parte para São Paulo em busca de melhores empregos e melhores condições de vida. São Paulo é descrita como um destino comparável a ir para o céu:

Até que enfim eu ia conhecer a ínclita cidade de São Paulo! Eu trabalhava cantando, porque todas as pessoas que vão residir na capital do estado de São Paulo rejubilam-se como se fossem para o céu.

(...)

Quando cheguei à capital, gostei da cidade, porque São Paulo é o eixo do Brasil. É a espinha dorsal do nosso país. Quantos políticos! Que cidade progressista. São Paulo deve ser o figurino para que este país se transforme num bom Brasil para os brasileiros. (idem, p. 205)

Antes de falar sobre como essa intelectualidade funciona em “Quarto de Despejo”, é preciso fazer uma discussão de *antecedentes*. Grosso modo, Carolina trabalhou em casas de família até que os filhos nasceram e ela passou a ser indesejada, pois, na condição de mãe sozinha, a criação dos filhos competia diretamente com o trabalho ao passo que a necessidade dele aumenta, pois são mais bocas para alimentar. Paralelamente ela também trabalhava como escritora e tentava publicar seus textos em jornais, revistas e editoras, porém sem sucesso.

Fato é que o trabalho como catadora é consequência do desgaste em trabalhar em casas de família, que gerava renda imediata, e ao trabalho como escritora, este, no caso, que *ainda* não gerava nenhuma. Cabe dizer, então, que a sobrecarga e o estigma típicos da profissão de catadora não eram um problema *em si, como* fez parecer certo exotismo da crítica, pois era considerado um *trabalho digno*. Destaca-se também o fato de que a atividade a permitia ter relativa liberdade (ausência de patrões) e ser uma profissão desempenhada no espaço público, de maneira que tinha contato com diferentes grupos e situações. Na interação com esses grupos, a escritora disputa a cidade politicamente.

Também não é uma relação de causa e consequência a mudança para favela do Canindé, que, no caso, contou com a participação direta do poder público, que provocou uma série de despejos por ordem do então prefeito de São Paulo Prestes Maia.

Portanto, chegamos a outro argumento central que motivou essa breve revisão biográfica: a favela é um desafio intelectual para Carolina. Basta lembrar que ela já conhecia uma realidade de segregação e fome em Sacramento, já tinha uma experiência significativa na cidade, incluindo um outro tipo de trabalho e morada, mas para ela morar na favela era algo *diferente* de tudo aquilo que fora visto anteriormente e quis compreendê-la.

Em outras palavras, trata-se da dificuldade em racionalizar a favela segundo sua própria pedagogia, já que nada ali parecia se encaixar no seu modelo epistemológico nem no seu ideal de nacionalidade. Pelo contrário, não havia nenhuma possibilidade de nação ali porque “não havia sociedade”, as pessoas viviam como *indigentes*. Essa é a principal origem, avalio, do projeto iniciado em 1955.

Outro fator importante a se demarcar é que a morte de Getúlio Vargas em agosto de 1954 foi um marco histórico significativo para o projeto nacionalista, deixando órfãos aqueles que, como Carolina, sonhavam com um Brasil desenvolvido e voltado para os “interesses do povo”. Anteriormente, muitos autores citados trazem o ano do golpe de 1964 como o marco dessa virada de página da História Brasileira, mas os antecedentes já estavam colocados desde a morte de Getúlio, o que parece ter tido grande influência, avalio, na decisão de escrever sobre o problema da favela quase um ano depois.

Três anos depois, em 1958, a imprensa passou a compartilhar das preocupações de Carolina, momento quando Audálio Dantas aparece no Canindé. Ela, então, usa seu *senso de oportunidade* - aproveitando o termo que SILVA (2011, p. 246) emprega, utilizado de forma ampliada anteriormente - para conseguir ser publicada, conseguir renda como escritora, chamando a atenção dele³ para o seu livro.

É possível perceber, portanto, a forma equivocada da crítica apresentar esse encontro: *Audálio descobriu uma catadora favelada que escrevia nas horas vagas*. Ele não a descobriu, ela o atraiu fazendo um *espetáculo* (posição de sujeito, fazendo a *performance de favelada*⁴). A

³ O próprio Audálio Dantas admite em entrevistas que o momento do encontro foi uma “cena” feita para lhe chamar a atenção.

⁴ A mesma performance pode ser encontrada no livro-diário, quando, para evitar o assédio de um homem que não a deixa pegar lenha, ela diz que é perigosa porque é da favela (DE JESUS, 2014b, p. 82 a 84)

catação foi apresentada como uma limitação, mas não como uma das potências do livro que é a de percorrer a cidade “de forma autêntica”, algo que um jornalista com uma pauta não poderia fazer.

Ela foi apresentada como se tivesse surgido da favela, sem passado. E o trabalho de catação considerado *emprego* enquanto o trabalho de escritora, um *hobby* nas horas vagas⁵. Afinal, como definir o que são horas vagas e horas de trabalho para uma mulher tão sobrecarregada? Como, então, considerar a criação dos filhos e o cuidado com o barraco se são tarefas que também não são comuns naquele espaço tanto quanto a leitura e a escrita?

Acredito que neste ponto reside o problema profundo com relação à mediação da imprensa, que foi não apenas imprimir-lhe um rótulo, mas ao mesmo tempo negar-lhe a condição de igualdade perante o trabalho com a linguagem, pois ela era tão digna quanto Audálio. Ele próprio chega a se referir a “Quarto de Despejo” como reportagem. Por que a Carolina foi atribuído um tratamento de objeto em vez de colega de profissão? Com poucos anos de idade, Eurípedes Barsanulfo lhe chamara de poetisa; como é possível que estando mais velha a imprensa não lhe oferecera semelhante tratamento - ou superior, já que ela estava na vanguarda há três anos? É de se questionar, enfim, qual é o lado do “atraso”. Quero dizer com isso que não há justificativa que apele para o “contexto da época”, e sim reflexo de uma mentalidade colonialista, que cuidou para mantê-la naquele “lugar”.

O entendimento que temos sobre qual é o trabalho principal de Carolina é o de escritora, não só pela obviedade de “Quarto de Despejo” ser um livro e ela a autora identificada e auto-identificada, mesmo que não seja óbvio para alguns, mas também pelo lugar que ele ocupa na articulação das tarefas de Carolina; mesmo a catação, renda imediata, serve ao propósito da escrita como investigação.

Da constatação que a favela precisa de um diagnóstico porque representava algo de anomalia social ou problema civilizatório, ela coloca-se à disposição de fazê-lo, já numa fase madura de sua pedagogia e escrita, e ciente de que estava interpretando o coração econômico do país.

⁵ Carolina também chega a utilizar a terminologia, mas com sentido muito distinto do exotismo literário com que foi empregado pela crítica., simplesmente para descrever o momento em que não catava papel.

Por *colocar-se à disposição* queremos dizer que a própria ideia de auto-inscrição presente no diário faz parte desse processo de investigação, pois, se se tratava de um problema novo, não havia uma ideia pré-determinada de como avaliá-lo, pois a favela era incompatível com as bases mais importantes da pedagogia carolinana e, à época, uma novidade histórica, pois era um problema recente.

Isso significa que a própria ideia de “Quarto de Despejo” enquanto um diário íntimo é afetada, porque poderia não ter se realizado se a favela não representasse um problema tão complexo para a intelectualidade dela. Exatamente por ser afetada diretamente pela favela enquanto trajetória de vida, desafio intelectual, problema e condição social é que ela traz assuntos de foro íntimo à baila, sempre com a intenção de atingir intelegibilidade no processo de investigação e criação, entrelaçando sofisticadamente a matéria-bruta com a pedra lapidada.

Diferentemente de outros livros como “Diário de Bitita” e “Casa de Alvenaria”, que tem características parecidas de relato e memória entre si, em “Quarto de Despejo” a consciência de Carolina está mais *exposta*.

Em suma, é por essas características que tratamos “Quarto de Despejo” como um *livro-diário* que descreve o *processo criativo* de Carolina de Jesus, uma escritora negra brasileira nacionalista. Ao adotar o termo livro-diário queremos expressar que o processo criativo que falamos é um *recorte* entre a intenção da autora de escrever um livro sobre a favela e a publicação da primeira edição propriamente dita, na forma de “diário”. Em outras palavras, “Quarto de Despejo” é um *entre*, é o hífen entre *querer ser livro e tornar-se diário*.

Apesar de seu caráter fragmentado e a multiplicidade de assuntos e recortes, muitos tratam a obra como algo que tende ao infinito, mas, pelo contrário, há uma unidade⁶ que pode ser observada pela pedagogia descrita anteriormente aliada a outros três elementos: a intencionalidade (o aspecto positivo da síntese que se pretendia dar ao problema, a solução verdadeira), a imaginação em trânsito (relacionada ao trabalho público enquanto catadora) e a centralidade do trabalho como parâmetro da realidade.

⁶ Ao propor a unidade da obra não desconsideramos as alterações feitas pela edição de Audálio Dantas, que comprometem a unidade propriamente dita, mas valorizamos o conteúdo que orienta a escrita do livro-diário pela escritora.

Uma forma interessante de demonstrar o funcionamento dessa intelectualidade em “Quarto de Despejo” é a análise de um pequeno trecho que sugere uma crise intelectual vivida na favela:

Abri a janela e vi as mulheres que passam rapidas com seus agasalhos descorados e gastos pelo tempo. Daqui a uns tempos estes palitol que elas ganharam de outras e que de há muito devia estar num museu, vão ser substituidos por outros. E os politicos que há de nos dar. Devo incluir-me, porque eu tambem sou favelada. Sou rebotalho. estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo. (DE JESUS, 2014b, p. 37)

Nessa situação, Carolina registra uma tentativa de anulação de si. Considera-se diferente, mas passa tanta necessidade como seus vizinhos. Não é um desejo de morte, mas de neutralização de sua singularidade em relação aos seus vizinhos favelados, que estavam na mesma situação que a dela. É um momento em que a nivelção por cima (*ser gente*) é substituída pela nivelção por baixo (*ser indigente*). Trata-se de uma crise intelectual porque é uma crise de valores: como pode se sentir tão diferente daquelas pessoas se vive como elas? Onde fica seu projeto nacionalista vivendo uma situação desse tipo?

Outro trecho que deixa essa relação evidente é:

...Tem gente aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no alcool os meus filhos não irá respeitar-me. Escrevendo isso eu estou cometendo uma tolice. Eu não tenho que dar satisfações a ninguem. Para concluir, eu não bebo porque não gosto, e acabou-se. Eu prefiro empregar o meu dinheiro em livrosdo que no alcool. Se você achar que eu estou agindo acertadamente, peço-te para dizer:

- Muito bem Carolina! (idem, p.74)

Nele pode-se perceber a crise de diferenciação da autora com o seu meio, que é percebida por ambos os lados, mas que na parte que lhe compete é um desafio aceito com perseverança e dignidade.

Por fim, cabe destacar como a pedagogia carolinana, desenvolvida ao longo de uma trajetória do pós-Abolição à Modernidade dos anos 1950, desempenha um papel crucial em “Quarto de Despejo” porque racionaliza, para si e para os outros - seus leitores, a experiência mais desenvolvida da modernização brasileira a partir do lugar mais marginalizado social e espacialmente por essa modernidade, a favela, mas com *amplíssima consciência* da vida fora

desse lugar e com um projeto pessoal e político próprio de ascensão social e enfrentamento das adversidades por meio do trabalho, da educação, da literatura e da política.

Seção II: A singularidade do livro-diário "Quarto de Despejo"

A única coisa que não existe na favela é solidariedade.

Durante muito tempo Carolina de Jesus ficou conhecida como escritora de uma obra só. Mais recentemente algumas linhas críticas têm se preocupado em olhar para outras obras, produções, aspectos e até mesmo filiações literárias para a autora e este trabalho se incorpora nesse processo.

Perante essa coleção de textos, "Quarto de Despejo" não pode mais ser considerada uma obra isolada ou exclusiva definidora da escrita de Carolina, portanto é preciso outro tipo de exercício ao defini-la como uma obra singular tanto em relação a outros textos como à própria produção da autora. Nosso entendimento é que essa singularidade é marcada por ser o registro de uma intelectual negra pensando sem medo, de forma desinibida, e justamente por isso é possível perceber o alcance e a potência das ideias de Carolina.

Carolina de Jesus expressa a forma de aprender e ensinar que discutimos na seção anterior, bem como as lições de vida que acumula ao lidar com os desafios de sua dura vida na favela. Por esse motivo uma coisa que é decisiva em "Quarto de Despejo" é que não há quem leia o livro-diário sem tirar lições para si próprio da dura tarefa que é viver. Carolina faz de si exemplo e do seu exemplo um texto admirável.

Assim, a trajetória histórica, a condição social e a subjetividade de Carolina desaguam em "Quarto de Despejo" de forma diferenciada em comparação a outros de seus escritos, fazendo dele uma obra de referência e, na concepção deste estudo, uma interpretação extraordinária do Brasil.

Segundo PERPÉTUA (2014), os chamados "Anos Dourados" da década de 1950 provocaram a modernização e urbanização de grandes cidades lado a lado com o êxodo rural e o desenfreado crescimento urbano, que gerou uma paisagem de desigualdade social aguda, em que de um lado havia as benesses do desenvolvimento nacionalista e de outro uma pobreza avassaladora (PERPÉTUA, 2014, p. 42 e 43).

Também, do ponto de vista cultural, o panorama da produção cultural de esquerda dos anos 1950 buscou romper com padrões tradicionais e buscar novas temáticas e abordagens. O

experimentalismo na arte vai ser característica marcante do período, deixando abertas as portas da recepção do público para novidades (idem, p. 47 a 49). A favela, consequência do crescimento urbano desenfreado e da desigualdade social, será um dos temas levados a cabo pelo período e “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus um dos principais destaques.

O livro-diário começa com a preocupação por arranjar sapatos para sua filha caçula no dia do seu aniversário, desejo esse impedido pelo custo de vida. Ela descreve a economia de seu dia, trocando favores e catando materiais por dinheiro, que acaba antes de satisfazer as necessidades mínimas. Logo de início se apresenta como uma mulher pobre que vive de trocados para sobreviver e dar sustento aos filhos e adiante vai revelando o que rodeia essa miséria, apresentando o barraco e o restante da favela onde vive.

Não demora muito para que surjam as situações em que sofre com o assédio da vizinhança, mostrando que além da situação econômica as relações pessoais são outro problema que enfrenta para garantir sua sobrevivência. Diferentemente da visão idealizada pelo senso comum de que a favela é um ambiente em que as pessoas são alegres e cooperativas entre si (idem, p. 44), a visão de Carolina exprime um caráter que não é apenas desarmônico como predatório. A síntese marcante feita por ela é que na favela não há solidariedade entre os moradores.

A autora mora num barraco e é acoçada pelos vizinhos que lhe atrapalham a vida já difícil. Ela vive num vaivém entre trabalhar e cuidar sozinha dos filhos pequenos. A catação de materiais recicláveis a conecta com a cidade onde percebe os antagonismos da vida moderna e da vida precarizada, lados da mesma moeda do projeto nacional. Dito em uma frase, em acordo com SILVA (2011), o livro narra “a história da luta pela sobrevivência de uma mulher negra e de seus três filhos, numa favela à margem de um rio, da cidade mais importante do país.” Assim, colecionando os acontecimentos mais imediatos e os mais teleológicos, seja pelo afiado comentário político, seja pela poética bela e crua, ela liga o particular ao geral, envolvendo e ampliando o mundo conhecido:

Entre o querer e o poder existiram, na vida de De Jesus, as condições socialmente desfavoráveis para a implementação de sua vontade. Adversidades narradas continuamente em Quarto, que vão sendo percebidas inicialmente como problemas individuais, especialmente nos registros de 1955, em meio às cenas quotidianas e íntimas; para galgar, finalmente, uma inteligência crítica do entorno (seja da favela ou da cidade), alcançando a crítica social, percebido como protesto, por alguns, contra o

status quo de negros, pobres e favelados no meio século XX (notadamente, nos registros de 1958 em diante). (SILVA, 2011, p. 245 e 246)

Ao longo do texto e em diversos relatos e entrevistas, Carolina afirma que seu maior objetivo ao escrever o livro-diário era mostrar como era a vida dos favelados. Essa intenção é ao mesmo tempo recorte e guia do processo de escrita, mesmo quando o registro se desenvolve fora da favela, no espaço da cidade oficial.

Anteriormente, vimos em “Diário de Bitita” como Carolina de Jesus vai a São Paulo com a imagem de ser o coração do Brasil e a expectativa de ascensão econômica. Na biografia feita por FARIAS (2018) vemos como essa ideia permaneceu incubada ao longo dos anos enquanto tentava alçar a carreira de escritora escrevendo para jornais, inclusive mostrando uma veia nacionalista ligada a Getúlio Vargas que é pouco demarcada pela crítica, mas decisiva para explicar suas aspirações e preferências ligadas a política institucional. É o momento em que o ideal de progresso cultivado ao longo de sua vida encontra um representante ideal (FARIAS, 2018, p. 126 a 132).

Getúlio aparece desde a infância de Carolina com a revolta tenentista (DE JESUS, 2014a, p. 155 a 161) e ela parece manter a predileção por ele até sua morte em 1954. Reafirmamos a possibilidade de que o início dos diários em 1955, um ano após a morte de Getúlio, momento histórico decisivo que marca o fim de um ciclo nacionalista, possa ter sido fruto da percepção de que um ciclo se fechara e que era importante apontar rumos para o que viria a seguir. Carolina, então, moradora de uma favela às margens do Rio Tietê, em São Paulo, se lança na tarefa de tentar responder a essa questão maior, que é a crise do que é o Brasil neste momento, vivendo a pior experiência social do período.

Como já dito anteriormente, a percepção da crise urbana por parte de Carolina é anterior à de Audálio e do jornal em que trabalhava e não ocorreu de forma imediata. Apesar de viver na favela do Canindé desde 1942, apenas 13 anos depois, em 1955, é que foi dado o início ao projeto de escrever um livro sobre a favela. Carolina já fazia investidas em jornais desde pelo menos 1940, mas sem trazer o tema da favela em foco (FARIAS, p. 118 a 134).

Até então os anos que se passaram podem ser considerados anos de preparação ou “anos de espera”, como cita SILVA (2011) em relação ao termo usado por Florestan Fernandes para caracterizar o período de experimentação dos grupos negros em relação à sua pauta política

específica. Esse foi o tempo necessário para racionalizar o funcionamento daquele meio e conseguir estabelecer formas de como tratá-lo.

O livro-diário tem um corte temporal de três anos até que seja retomado em 1958. O retorno se deve a duas razões. Primeiro, o contato com Audálio Dantas já havia acontecido e a essa altura já havia feito promessas de publicação e orientado a escrita do texto (PERPÉTUA, 2014, p. 152). Segundo, que se tratava de um ano muito ruim (SILVA, 2011, p. 249 a 258), em que a piora das condições de vida foram ainda mais severas, não apenas na impressão da autora, mas na encomenda do jornal por uma matéria sobre aquele lugar.

Nesta fase, a constatação da persistência do agravamento do problema da favela, que aumenta cada dia mais, e da fome, mais duradoura e intensa, encontra uma escritora mais dura e mais engajada na denúncia da questão frente ao leitor, bem como a ampliação do sonho de se tornar escritora e sair daquela situação.

A terceira parte, iniciada ao final do livro⁷, dá conta do registro do editor Audálio. É quando se manifesta a presença de alguém que será responsável por transformar o diário em livro. É uma fase de redenção, em que o projeto de sair da favela por meio do trabalho digno como escritora está prestes a se tornar realidade. A partir do primeiro registro em que menciona Audálio, estamos presenciando uma história que terá um final feliz, fechando o arco do que acompanhamos ao longo do texto, fazendo o leitor participar de uma metalinguagem ao perceber o início do processo de transformação do manuscrito em livro. É o momento em que nos tornamos os leitores idealizados por Carolina.

Outro aspecto importante do livro-diário é a visão de sociedade de Carolina, que revela duas representações distintas e por vezes contraditórias. Por um lado há uma visão formal, idealista e positiva, com certa ingenuidade, e por outro uma visão informal, realista e negativa, exteriorizando o conflito. Ambas remetem à reflexão sobre a dualidade do negro e do branco presentes na obra da escritora e já discutidos anteriormente.

A primeira perspectiva considera a sociedade brasileira moderna uma sociedade mista de negros e brancos, feita pelos brancos e em que não há preconceito de cor. Trata-se de uma idealização do abolicionismo cultivado por anos pela escritora em suas leituras do final do

⁷ Precisamente no registro de 25 de setembro de 1959, primeira menção a Audálio no corpo do texto.

século XIX, bem como uma materialização do pacto de democracia racial vigente na época, em que o discurso político trazia o ideal de harmonia lado a lado com a reivindicação de melhores condições de vida, de uma segunda Abolição.

Essa forma de olhar a sociedade traz intelegibilidade para o que Carolina já entende como moderno, ou seja, é um discurso que apraz o modelo de desenvolvimento do qual Carolina participa, mesmo que seja como espectadora. A cidade de São Paulo desenvolvida certamente não seria moldada por velhas práticas conhecidas por ela da velha Sacramento, então fazia sentido pensar que o condão do desenvolvimento lhe atingisse em algum momento, proporcionando ascensão, mesmo em termos de ideologia política.

A segunda perspectiva, no entanto, era pautada no imediatismo do cotidiano de Carolina e, por isso, mais negativa que o ideal de progresso na medida em que convivia com os problemas da ralé do modelo que tanto festejava. Trata-se de uma visão de confronto às regras estabelecidas que de alguma forma permitiam e mantinham aquela situação de miséria. Por esse motivo, está bastante ligada ao protesto negro da época, bem como, em certa medida, o extrapolava. Isso se deve ao fato de seu grau de consciência política alcançar os conflitos raciais em uma mão e na outra, seus semelhantes favelados, mesmo que não fossem necessariamente negros, dado o fato de que há muitos nordestinos. Nessa perspectiva, o principal problema para Carolina é o quanto os favelados não se organizavam para sair daquela situação e ficavam restritos aos problemas decorrentes da miséria.

Nesse sentido, a principal questão não é uma sociedade harmônica nem dividida a questão de Carolina, mas a deterioração que pode ser provocada na ausência de organização social e intervenção política. No caso, os moradores da favela não detinham de instituições próprias nem figuras expressivas para fazer valer seus direitos políticos.

Assim, temos em “Quarto de Despejo” uma estrutura de sociedade amplíssima, vertical e horizontalmente, pois orientada pelo menor grau de organização social, a favela onde vive, para o de maior grau, as instituições políticas, os círculos intelectuais e literários, onde deseja viver, e considerando os antagonismos entre um ponto e outro. A apreensão formal dessa estrutura social e espacial é caracterizada pelo que ela chama de Quarto de Despejo, passando pela Alvenaria e Sala de Visitas.

“Quarto de Despejo” é o processo criativo que articula essas partes dialeticamente, dando forma a um diagnóstico da urbanidade paulistana como amostra do projeto de desenvolvimento da modernidade brasileira. Nele, Carolina desempenha a função de autora-personagem que confronta o insucesso desse modelo para uma parcela significativa da população. Como já foi dito anteriormente, ela não é formalmente contrária ao modelo, mas à forma parcial com que ele se dá, deixando uma enorme quantidade de pessoas de fora.

Esse processo criativo pode ser caracterizado pela centralidade que ela dá ao trabalho, pois não é “indolente” como muitos dos seus vizinhos; está a serviço do desenvolvimento do Brasil. Assim, com um projeto de Brasil na cabeça, ela escreve sobre as mazelas que experimenta e testemunha como forma de mobilizar a política para que não mais aconteçam.

A influência exercida pela figura do seu tio Joaquim como um tipo ideal de trabalhador brasileiro se conservou ao longo dos anos de migração do campo para a cidade e desenvolveu-se como uma forma de pensar que considerava o trabalho decisivo para sua vida pessoal e para o progresso da nação. Para Carolina era importante não ser vista como preguiçosa, mesmo submetida a uma jornada de trabalho exaustiva e pessimamente remunerada. Dessa forma, verificamos o empenho na escrita como parte desse entendimento de não deixar de trabalhar, de escrever, caso quisesse que sua contribuição para a literatura fosse levada em conta. Por isso mesmo, há relatos de que escrevia durante a catação de papel caso alguma ideia lhe viesse à mente.

A separação entre essas duas funções, portanto, não seguia a lógica formal da divisão do trabalho, mas a autodisciplina da escritora em dar conta dos diferentes papéis. Nem por isso significa dizer que se trata de um entendimento aquém dos processos modernos, visto que o tempo do relógio também faz parte das atividades de Carolina.

O tempo cronológico, aliás, é uma evidência do quanto Carolina se preocupava em ser uma trabalhadora ligada às engrenagens do mundo moderno, pois se relacionava com ele como parâmetro de suas atividades diárias e é por meio dele que nos comunicamos com outras temporalidades expressas na obra. Em outras palavras, o próprio ato de marcar a passagem das horas ajuda a temporalizar a narrativa em uma unidade reconhecível.

Cabe mobilizar outro excerto de SILVA (2011) sobre a questão do tempo e espaço na obra:

A apropriação particular do tempo e do espaço joga um papel fundamental para as ações e percepções sociais do grupo negro organizado e, em especial, para De Jesus. Isso deve ser entendido fora da chave do exotismo e sim na vivência à margem dos discursos oficiais – seja do progresso e das esperanças para o futuro; da integração social e da democracia racial – que não se coadunavam com as expectativas e anseios históricos de ativistas ou com os próximos treze anos de fabulação individual em meio a privações sociais que culminam em *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada (1947-1960). (p. 241)

Esse entendimento é importante para caracterizar a preocupação de Carolina em registrar as horas, além dos dias, como uma atividade similar a “bater ponto” em uma fábrica. Isso reforça a ideia de que suas atividades estão reguladas pelo tempo moderno mesmo que não sejam elas efetivamente a realização de algo considerado moderno. Mais que isso, essa característica destoa da própria temporalidade da favela, que é habitada por muitos “vadios”. Assim, a apreensão do tempo na escrita da autora, que parece algo banal, é um componente fundamental do comprometimento com o *trabalho honesto*.

Em “*Quarto de Despejo*”, a catação não cumpre uma função secundária no processo de escrita. Diferentemente de seus empregos anteriores como empregada doméstica, em que se mantinha restrita ao espaço da casa dos patrões, como catadora ela tem a oportunidade de caminhar pelo espaço público onde os antagonismos são sentidos. Assim, é possível conta das diferentes temporalidades do trabalho doméstico, cuidando do barraco e dos filhos e reservando tempo para escrever, e do trabalho público, catando materiais e planejando a escrita. A catação liga o Quarto e a Sala e é por meio dele que percebemos que a favela e a cidade estão na *mesma* São Paulo e como se relacionam entre si.

A metáfora de um cipó de misérias que une as árvores utilizada em “*Casa de Alvenaria*” é apropriada para compreender o entrelaçamento entre dimensões da vida da autora-personagem que compõem uma unidade significativa:

Fico pensando o que será “*Quarto de Despejo*”, umas coisas que eu escrevia há tanto tempo para desafogar as misérias que enlaçava-me igual cipó quando enlaça as árvores, unindo todas. (DE JESUS, 1961, p.29)

A singularidade de “*Quarto de Despejo*” quanto ao processo criativo tem muito a ver com essa atividade que transita entre espaços marginais e oficiais, e, com um visão social ideal ligada à sua expressão real, disputa os sentidos de sociedade, espaço urbano e escrita literária. Logo, há um vínculo indissociável entre letra, pensamento e espaço que perpassa todo o texto.

Cada um dessas dimensões cumpre uma função para racionalizar o espaço vivido em uma São Paulo que não é somente cartográfica, nem somente metafórica.

A espacialidade do texto é um elemento fundamental para compreender os lugares e as diferenças de poder exercidas nele. Como diz MAIA (2013),

[A] dialética entre controle e invenção pode também ser verificada nas novas áreas de fronteira do Brasil moderno, estejam elas nas pequenas cidades do interior dinamizadas pela expansão das fronteiras agrícolas ou nas periferias urbanas das grandes metrópoles nacionais. Isso porque a combinação entre violência, predação do espaço, informalidade e novas formas de habitação – cenário típico desses territórios – não pode mais ser descrita apenas por meio da tradicional divisão entre “urbano” e “rural”. (MAIA, 2013, p. 92)

Carolina produz um rico arcabouço de imagens que vão justamente rerepresentar o punhado de lugares por onde transita, discutir as relações de poder presentes neles e como ela própria se comunica com esses lugares, ressignificando-os. Observando de maneira geral, pode-se constatar a experiência comum de mulheres negras na mesma situação. Por outro lado, há também a expressão intelectual particular da autora que transforma o espaço com o poder que a escrita lhe proporciona.

O esquema Quarto de Despejo & Sala de Visitas é uma apreensão formal do espaço que é mostrado no livro-diário. Ele se expressa em três instâncias principais: o Quarto de Despejo, a Alvenaria e a Sala de Visitas, com subdivisões. O Quarto de Despejo apresenta o Barraco e o Espaço Público da Favela; a Alvenaria, sem divisão específica; a Sala de Visitas apresenta o Espaço Público da Cidade e as Instituições.

O Barraco

O barraco de Carolina fica localizado no número 9 da Rua A da favela do Canindé. Construído por ela mesma com materiais improvisados, é um espaço pequeno onde mora com os três filhos.

A maior parte do tempo é destinada ao trabalho doméstico, em especial o cuidado com as crianças. Cozinhar, dar banho (ou abluir, termo utilizado por ela), preparar para dormir (ou aleitar, outro termo da autora) lavar roupas, varrer o chão, são as tarefas mais comuns citadas.

Com hábitos mais caseiros, ela prefere não receber visitas ou transitar pela vizinhança porque não gosta dos vizinhos e quer estar longe das confusões da favela.

Fora o serviço como dona-de-casa, o barraco é o lugar de escrita de Carolina e, por isso, o principal lugar de diferenciação com os demais moradores. Ela tem muitos livros no barraco e dedica horas a fio à leitura e escrita. Devido a este fato, consideramos o barraco o foco principal da perspectiva do livro-diário e o espaço onde ela exerce mais poder, pois é o local em que desfruta de relativa tranquilidade para pôr em prática tais atividades:

Eu gosto de ficar em casa, com as portas fechadas. Não gosto de ficar nas esquinas conversando. Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevendo! (DE JESUS, 2014b, p. 25)

A respeito da sua escrita, esse lugar cumpre a função fundamental de ser um espaço de isolamento para o desenvolvimento do trabalho intelectual. Como diz hooks (1995):

Certamente, nem todo trabalho intelectual ocorre em isolamento (algumas de nossas melhores ideias surgem em contextos de troca), mas essa realidade coexiste com a de que a contemplação solitária de ideias é um componente muito importante do processo intelectual. Para sentir que temos direito a um tempo solitário, nós negras, temos de romper com as ideias sexistas/racistas sobre o papel da mulher. (hooks, 1995, p. 474)

Assim, é importante ressaltar a distinção que Carolina tem dos demais favelados e que fica evidente ao analisar como vive em seu espaço privado. O cuidado é compartilhado com tarefas intelectuais, a escrita e a leitura, que tem a ver com a vontade de ser uma escritora prestigiada. De fato, trata-se de uma ruptura de paradigmas sobre o papel da mulher, uma vez que entre suas prioridades inclui-se a literatura como parte central de seu modo de vida.

Dois casos que deixam à mostra a diferença do barraco de Carolina em relação à favela se dão na curiosidade provocada em dois homens sobre os seus escritos. O primeiro caso acontece na área externa, na calçada:

(...) Enquanto as roupas corava eu sentei na calçada para escrever. Passou um senhor e perguntou-me:
- O que escreve?
- Todas as lambanças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana.
Ele disse:
- Escreve e dá a um crítico para fazer a revisão. (p. 23)

O caso chama a atenção pelo interesse genuíno pela escrita de Carolina. A recomendação para que encaminhasse uma revisão significa que o transeunte acreditava que o manuscrito poderia de fato virar um livro.

O segundo caso é na área interna, quando um vizinho entra no barraco para pedir uma indicação para resolver um problema:

Bateram na porta. Mandei o João José abrir e mandar entrar. Era o Seu João. Perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para a sua filha buchechar um dente. Eu disse que na Portuguesinha era possível encontrar. Quis saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário.
- Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você. (p. 25 e 26)

Novamente pode-se notar a surpresa por aquele modo de vida. Seu João percebe a quantidade de livros dentro do barraco e o hábito da escrita por parte de Carolina e se admira.

Ambas as situações mostram a atividade rotineira da escrita no barraco sendo observada por figuras externas, mostrando uma alternância de posição de observadora para observada. Desse ponto de vista externo, o barraco abriga uma forma de vida incomum para aquele contexto e uma mulher, igualmente incomum, determinada a atingir seus objetivos literários. Não por acaso, os dois homens dão dinheiro aos filhos de Carolina, como forma de ajudá-la e, de certa forma, recompensá-la.

Portanto, o barraco de Carolina de Jesus se diferencia dos demais favelados e atende por outras finalidades que não apenas as atividades relacionadas a ser mãe. Essas outras finalidades, a atividade intelectual e a escrita literária, dão um aspecto de escritório improvisado onde é possível refletir, ler e escrever, sem o qual o livro-diário e seus outros textos não poderiam ter sido produzidos.

O Espaço Público da Favela

A partir do ponto de vista de Carolina em seu espaço privado e diferenciado, pode-se compreender que a favela também possui um espaço público. São as pequenas vielas, o playground que motivou a reportagem de Audálio Dantas e a torneira coletiva, onde os moradores coletam água. O conjunto desses lugares forma o espaço público da favela, onde se desenvolvem a maioria dos conflitos narrados.

Observando as relações entre os moradores, a escritora afirma que não existe solidariedade entre eles, que vivem na mesma situação de miséria, mas não são cooperativos uns com os outros tampouco se organizam para reivindicar melhores condições de vida. Além disso, o comportamento geral é de constante conflito entre si, com brigas e escândalos que de tão constantes fazem parte da rotina.

O ambiente descrito por Carolina ao longo do livro-diário é de fofocas e intrigas, principalmente feitas por mulheres, escândalos (muitas vezes chamados literariamente por ela de espetáculos), agressões físicas em ambiente doméstico, principalmente contra mulheres, e também no meio público, muitas delas envolvendo armas improvisadas. Tal situação é a fonte das maiores amarguras da escritora em morar na favela, pois não considera um ambiente decente para morar. Em suas palavras, “eles brigam sem saber porque é que estão brigando” (DE JESUS, 2014b, p.78)

Nesse lamento repousa uma forte crítica de ordem moral, que entende a favela como um espaço degradado e degradante. No trecho a seguir, a autora mostra a transformação de crianças recém-chegadas:

As vezes mudam algumas famílias para a favela, com crianças. No início são iducadas, amáveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. São diamantes que transformam em chumbo. Transformam-se em objetos que estavam na sala de visitas e foram para o quarto de despejo. (idem, p. 38)

Ao longo do livro-diário, a escritora traça a composição da favela em múltiplas categorias: operários, trabalhadores informais e sem ocupação; donas-de-casa e prostitutas; alcoólatras e mendigos; grande quantidade de crianças, jovens desocupados; negros, nordestinos, espanhóis e ciganos; ladrões e arruaceiros com passagens pela polícia. Muitas dessas pessoas, segundo ela, vivem apenas de esmola e doações de caridade, ou seja, o trabalho não é o principal meio de sustento:

(...) Há os que trabalham. E há os que levam a vida a torto e a direito. As pessoas de mais idade trabalham, os jovens renegam o trabalho. Tem as mães, que catam frutas e legumes na feiras. Tem as igrejas que dá pão. Tem o São Francisco que todos os meses dá mantimento, café e sabão. (idem, p. 19)

Nessa mescla de diferentes tipos de pessoas, a temporalidade da favela é difusa e governada pela ocasião. Se acontece alguma briga, se aparece algum carro distribuindo doações, se é realizada alguma festa, enfim, os moradores vivem de acordo com o que a ocasião

proporciona. Por essa razão já tratamos anteriormente que a marcação do tempo cronológico é um fator de diferenciação de Carolina, que se preocupa em preservar uma referência diferente do que o meio oferece, ligada ao mundo do trabalho formal. Um retrato interessante de como funciona a temporalidade da favela está no seguinte trecho:

(...) Eu pretendia conversar com o meu filho as coisas serias da vida só quando ele atingisse a maioridade.

Mas que reside na favela não tem quadra de vida. Não tem infância, juventude e maturidade. (idem, p. 92)

Nesse exemplo, Carolina traz uma ampla reflexão sobre como o tempo da favela submete a todos sem distinção, interferindo no curso da própria vida das pessoas. Muito disso tem a ver com o fato de que entre tantos escândalos muitas cenas vulgares acontecem sob os olhares das crianças, expondo-as a temas impróprios e despertando nelas a sexualidade precoce.

Outro ponto a ser observado é a presença da institucionalidade nesse espaço. Há pelo menos três que se destacam bastante: os políticos, o serviço de saúde e a igreja. Todos são alvos de críticas por parte de Carolina por serem presenças sazonais e que não resolvem o problema principal que é a própria existência da favela e as condições de vida a ela atreladas:

(...) Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia suas palavras de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Câmara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais. (idem, p.32)

(...) O Serviço de Saúde do Estado disse que a água da lagoa transmite as doenças caramujo. Vieram nos revelar o que ignorávamos. Mas não soluciona a deficiência da água. (idem, p. 80)

De manhã o padre veio dizer missa. Ontem ele veio com o carro capela e disse aos favelados que eles precisam ter filhos. Penso: porque há de ser o pobre quem há de ter filhos - se filho de pobre tem que ser operário?

Na minha fraca opinião quem deve ter filhos são os ricos, que podem dar alvenaria para os filhos. E eles podem comer o que desejam.

Quando o carro capela vem na favela surgem vários debates sobre a religião. As mulheres diziam que o padre disse-lhes que podem ter filhos e quando precisar de pão podem ir buscar na igreja.

Para o senhor vigário, os filhos de pobres criam só com pão. Não vestem e não calçam. (idem, p. 142)

A intervenção desses agentes demonstra que a favela não é um lugar totalmente ignorado, mas do qual se faz uso; são ações que não buscam resolver o problema e sim administrá-lo, seja pelo interesse eleitoral, seja por uma questão de controle sanitário, seja pela conversão religiosa. A favela em si parece não despertar uma atitude mais enérgica por parte deles, que resolva a questão estrutural da falta de moradia digna.

O espaço público da favela também funciona como eventual ágora de debates políticos, geralmente ocorrendo quando há alguma medida que tem efeito direto na vida dos moradores, como o aumento da tarifa de ônibus. A discussão abaixo se dá na fila da torneira:

19 de julho Despertei as 7 horas com a conversa dos meus filhos. Deixei o leito, fui buscar água. As mulheres já estavam na torneira. As latas em fila. Assim que cheguei a Florenciana perguntou-me:

- De que partido é aquela faixa?

Li P.S.B. e respondi Partido Social Brasileiro. Passou o Senhor Germano, ela perguntou novamente.

- Senhor Germano, essa faixa é de que partido?

- Do Janio!

- Ela rejubilou-se e começou a dizer que o Dr. Ademar de Barros é um ladrão. Que só as pessoas que não presta é que aprecia e acata o Dr. Adhemar. Eu, e D. Maria Puerta, uma espanhola muito boa, defendíamos o Dr. Adhemar. D. Maria disse:

- Eu, sempre fui ademarista. Gosto muito dele, e de D. Leonor.

A Florenciana perguntou:

- Ele já deu esmola a senhora?

- Já, deu o Hospital das Clínicas. (idem, p. 17 e 18)

A conversa demonstra o nível de debate político dos moradores, que se mantém sobretudo no plano moral. Adhemar de Barros, chamado de ladrão, é objeto de defesa por ter construído o Hospital das Clínicas, dando o tom do populismo vigente na época. Ao longo do livro-diário não surgem debates mais aprofundados sobre política e a relação dela com aquele lugar, apenas nas reflexões de Carolina. Não há uma organização própria dos moradores que centralize o debate e estabeleça relações com o meio político sobre a favela.

O problema apontado por Carolina como falta de solidariedade deve ser compreendido como uma consequência da falta de envolvimento político dos moradores em torno de seus interesses comuns. A situação de indignação a qual estão todos submetidos por morarem ali

impele pela mobilização comunitária, mas ela própria, a indignação, cria uma rede de relacionamentos que bloqueiam esse tipo de conduta.

Um exemplo é o caso do aumento da conta de luz. Quando Orlando Lopes (a autora não se refere a ele como “senhor”) se tornou encarregado da energia elétrica da favela, houve uma grande confusão porque ele queria cobrar 25 cruzeiros de cada barraco pelo serviço (idem, p. 124). Logo após, uma série de infortúnios se desenrolam devido à cobrança abusiva:

Hoje o tal Orlando Lopes veio cobrar a luz. Quer cobrar ferro, 25 cruzeiros. Eu disse-lhe que não passo roupas. Ele disse-me que sabe que eu tenho ferro. Que vai ligar o fio de chumbo na luz e se eu ligar o ferro a luz queima e ele não liga mais. Disse que ligou a luz para mim e não cobrou depósito.

- Mas o depósito já foi abolido desde 1948.

Ele disse que pode cobrar depósito porque a Light deu-lhe plenos poderes. Que ele pode cobrar o que quiser dos favelados. (idem, p. 160)

Apesar da autora-personagem estar ciente de seus direitos, seu protesto não serviu para pôr fim àquela situação e o encarregado insistiu na cobrança abusiva. Pelo contrário, a situação piora quando o nome dele sai na primeira publicação sobre “Quarto de Despejo”:

O João disse-me que o Orlando Lopes, o atual encarregado da luz, havia me chingado. Disse que eu fiquei devendo 4 meses. Fui falar com o Orlando. Ele disse-me que eu puis na revista que ele não trabalha.

- Que história é essa que eu fiquei devendo 4 meses de luz e água?

- Ficou sim, sua nojenta! Sua vagabunda!

- Eu escrevo porque preciso mostrar aos políticos as péssimas qualidades de vocês. E eu vou contar ao repórter.

- Eu não tenho medo daquele puto, daquele fresco!

Que nojo que eu senti do tal Orlando Lopes. (idem, p. 172)

Quando eu preparava para escrever, o tal Orlando surgiu e disse que queria dinheiro. Dei-lhe 100 cruzeiros.

- Eu quero 250. Quero o depósito.

- Eu não pago depósito porque já foi abolido pela Light.

- Então eu corto a luz.

E desligou-a. (idem, p. 175)

Era 4 horas quando eu fui pegar água, porque o tal Orlando Lopes disse que não deixa eu pegar água. Puis água para fazer café. Estou só com 18 cruzeiros. Estou tão triste! Se eu pudesse mudar desta favela! Isso é obra do Diabo.

Aqui já morou homens malvados, mas este tal Orlando Lopes suplanta-os. Hoje eu passei o dia escrevendo. contei quanto barracos tem na favela para ver quanto este tal Orlando Lopes vai arrecadar se os favelados pagar-lhe os 150 cruzeiros de depósito. contei 119 barracões com luz.

(...)

O tal Orlando Lopes passou na minha rua. Ele disse que tudo o que eu falo dele as mulheres lhe conta. São umas idiotas. Eu quero defendê-las, porque há ladrões de toda espécie. Mas elas não compreendem. (idem, p. 176)

Desde o início desse episódio ficou explícito que se tratava de um problema que atingia a todos e que demandava uma atitude coletiva. No entanto, o que parece é que cada morador teve que enfrentar a situação a seu próprio modo. A escritora, resoluta, não pagou o depósito indevido e teve sua energia elétrica cortada por isso.

O mais chamativo do caso é que as mulheres fofoqueiras da favela contavam ao almozinho o que Carolina dizia a seu respeito. A autora fica surpresa com tamanha estupidez, haja vista que elas também são afetadas pelas ações de Orlando Lopes. Assim, a fofoca está colocada acima do interesse comum, revelando uma disjunção de prioridades entre tais mulheres, mais interessadas em prejudicar Carolina do que em se proteger da exploração.

Portanto, o espaço público da favela é o lugar onde as relações sociais tomam forma. Essa forma é majoritariamente caracterizada pelo conflito extremado e confirma a situação de indigência dos moradores, que, submetidos a fortes pressões sociais por causa da miséria, atentam uns contra os outros constantemente. A imagem dessa favela real é negativa do ponto de vista moral e político e dá sustentação à tese da autora de que é preciso ser extinguida.

A Alvenaria

A alvenaria é a região de contato imediato com a favela, onde vivem proprietários de imóveis e pequenos comerciantes. Os moradores da alvenaria não têm tanto destaque na narrativa, o que torna difícil sua caracterização, porém compõem o panorama do espaço do livro-diário justamente por não pertencerem à Sala de Visitas nem ao Quarto de Despejo.

Muitos dos registros de revenda de materiais, biscates e troca de favores acontecem no espaço da alvenaria. No entanto, a edição de Audálio Dantas ajuda a deixar a impressão de que existe somente indiferença entre classes. Tal fato é bem observado por PERPÉTUA (2014):

Uma das personagens mais presentes à narração da diarista é Dona Julita, que aparece com frequência em várias situações: dela Carolina recebia, além de comida e roupas, o pagamento por trabalhos de faxina doméstica, bem como presentes, atenção e palavras de afeto, pelo que a escritora se referia a ela como “amiga” e “minha irmã branca”. Dona Julita aparecerá nas memórias de Carolina ainda durante muito tempo, depois de não serem vizinhas, como também na memória dos filhos, como uma das raras lembranças agradáveis daqueles anos na favela. O relacionamento entre Carolina e Dona Julita será quase que totalmente apagado do livro e é proporcional, na maioria das vezes, à restrição que é feita ao acesso de Carolina a uma alimentação regular para a qual contribui quase que diariamente a uma habitante da alvenaria. O objetivo da supressão é introduzir uma separação entre classes sociais, que no manuscrito de Carolina não são tão impermeáveis quanto sugere o livro publicado, o que corrobora o recorte ideológico do editor. (PERPÉTUA, 2014, p. 164)

Assim, a alvenaria no livro-diário é retratada de forma parcial, exteriorizando somente a ideia de um conjunto que tem uma visão distorcida de favorecimento dos favelados:

Tem noite que eles improvisam uma batucada e não deixa ninguém dormir. Os vizinhos da alvenaria já tentaram com abaixo assinado retirar os favelados. Mas não conseguiram. Os vizinhos das casas de tijolos diz:

- Os políticos protegem os favelados (DE JESUS, 2014b, p. 32)

Os vizinhos ricos de alvenaria dizem que nós somos protegidos pelos políticos. É engano. Os políticos só aparece aqui no quarto de despejo, nas épocas eleitorais. Este ano já tivemos a visita do candidato a deputado Dr. Paulo de Campos Moura, que nos deu feijão e ótimos cobertores. Que chegou numa época oportuna, antes do frio. (idem, p. 45 e 46)

É 5 e meia. O frei Luiz está chegando para passar o cinema aqui na favela. Já puzeram a tela e os favelados estão presentes.

As pessoas de alvenaria que residem perto da favela diz que não sabe como é que as pessoas de cultura dá atenção ao povo da favela. (idem, p. 81)

A alvenaria é o espaço da cidade que não pode ignorar a favela porque vive ao lado dela. O sentimento que essa constatação provoca é de incômodo com a presença da pobreza tão perto de si, que mobiliza pouco a simpatia e mais a antipatia por parte dos residentes. O ponto é que a sua demarcação no livro-diário traz à tona o fato de que a favela não está isolada da cidade, mas faz parte de seu funcionamento e é percebida, enquanto problema urbano, também do lado de fora, por quem convive diretamente com ela.

O Espaço Público da Cidade

“Quarto de Despejo” não é apenas um livro sobre a favela, mas sobre a cidade em que ela está inscrita. A idealização de Carolina de São Paulo como o coração econômico do país não é exagero, especialmente no recorte temporal do pós-Abolição aos anos 1950. A cidade foi o principal polo de industrialização do país e desde então passou a ser o destino de milhares de trabalhadores que deixavam o campo em busca de emprego.

A imagem da favela descrita por Carolina não combina com a de uma cidade rica e próspera que se vendia como símbolo da modernidade brasileira. Pelo contrário, a falta de planejamento urbano deixava feridas expostas. Dessa forma, o aspecto moderno da cidade era vivenciado por uma parcela da população enquanto a outra parte vivia a duras penas. Por esse motivo a denominação Sala de Visitas que se contrapõe ao Quarto de Despejo é decisiva para compreendermos como o projeto moderno apresenta duas metades e dois funcionamentos diferentes para seus habitantes.

A sala de visitas também tem um espaço público, que é acessível a todos, mas cujas regras dependem dos sujeitos sociais envolvidos. Nesse aspecto, a perspectiva do livro-diário nos convida a observar a cidade sob o olhar de uma catadora de papel. Assim, o conhecimento da cidade acontece por meio do trânsito pelas ruas e avenidas, pelas passagens em casas, comércios, fábricas, lixeiras.

Em grande medida, o encantamento que Carolina tem pela cidade se dá pela interação com esse espaço público, pela consciência de que as coisas podem ser diferentes:

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com suas úlceras. As favelas. (idem, p. 85)

As casas bem construídas e decoradas, as pessoas bem vestidas e educadas, a limpeza das ruas e avenidas. Esses elementos compõem o cenário paradisíaco que não se reproduz na favela e que a autora deseja como projeto de ascensão social. Mais que objetos de luxo, são os elementos da vida distinta que parecem responder, mesmo que parcialmente, à pergunta sobre o que é ser gente - ou viver como tal.

Um caso interessante para análise é o curto trajeto da saída de um estádio de futebol até a Avenida Tiradentes. Na ocasião Carolina está catando papel e encontra pessoas conhecidas com as quais inicia uma discussão política:

Saí a noite, e fui catar papel. Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saiam do campo. Todas brancas, só um preto. e o preto começou insultar-me:

- Vai catar papel, minha tia? Olha o buraco, minha tia.

Eu estava indisposta. Com vontade de deitar. Mas, prossegui. Encontrei varias pessoas amigas e parava para falar. Quando eu subia a avenida Tiradentes encontrei umas senhoras. Uma perguntou-me:

- Sarou as pernas?

Depois que operei, fiquei boa graças a Deus. E até pude dançar no Carnaval, com minha fantasia de penas. Quem operou-me foi o Dr. José Torres Netto. Bom médico. E falamos de politicos. Quando uma senhora perguntou-me o que acho do Carlos Lacerda, respondi concientemente:

- Muito inteligente. Mas não tem iducação. É um politico de cortiço. Que gosta de intriga. Um agitador.

Uma senhora disse que foi pena! A bala que pegou o major podia acertar o Carlos Lacerda.

Mas o seu dia... chegará - comentou outra.

Varias pessoas afluiram-se. Eu, era o alvo das atenções. Fiquei apreensiva porque estava catando papel, andrajosa (...) Depois, não mais quiz falar com ninguem, porque precisava catar papel. Precisava de dinheiro. Eu não tinha dinheiro em casa para comprar pão. (idem, p. 14 e 15)

Essa passagem fornece uma amostra de como Carolina é percebida no meio público da sala de visitas. Uma vez identificada como catadora, é alvo de assédio verbal por um homem negro que saía do estádio, o que sinaliza o desprezo social pela profissão. Logo após, seguindo pela Avenida Tiradentes, o grupo de pessoas conhecidas que encontra demonstra uma preocupação genuína pela saúde dela e por suas opiniões políticas.

Diferentemente da discussão ocorrida entre seus pares discutida anteriormente, Carolina está em um meio em que se distingue negativamente por estar mal vestida e se ressentida por não estar apresentável, mesmo que seus posicionamentos estejam sendo bem recebidos. Nessa chave de entendimento, a posição social da autora-personagem marca a experiência vivida no espaço público da cidade, em que o usufruto pleno depende da condição de *ser gente*.

Um segundo caso a ser posto em relevo sobre o espaço público da cidade é a ocasião em que os favelados são convidados para uma festa no centro da cidade e têm que utilizar o transporte público. O evento aconteceria no dia seguinte à distribuição de cartões entre os moradores:

(...) Tomei o bonde. O dinheiro não dava. Cheguei lá as 2 horas. A fila estava enorme. Podia ter umas 3 mil pessoas. Quando eles vieram nos convidar os favelados ficaram contentes. Os que não ganhou cartão ficou chorando e dizendo que não tinha sorte. Percebi que o povo da favela gosta de ganhar esmolas. Puzeram umas tabuas na calçada e forraram com jornaes e puzeram os pães em cima. (idem, p. 68)

Carolina conversa com o organizador do evento, o senhor Zuza, para saber o propósito da festa, ao que ele responde que faz em benefício do povo. E continua:

Vi uma mulher grávida desmaiar. O Zuza deu uns pães para as mulheres, e mandou elas erguer os pães para o ar, para ser fotografadas. Os carros e os ônibus da CMTC encontrava dificuldades para percorrer a rua devido as crianças que atravessavam a rua de um lado para outro. A qualquer instante eu esperava um atropelamento. Alguns reclamava:

- Se eu soubesse que era só pão, eu não vinha.

O senhor Zuza mandou dois violeiros tocar e apareceu um palhaço. Que festa sem graça.

Era domingo e o povo ficou expantado quando viu os indigentes superlotar o ônibus Bom Retiro. Tivemos sorte. Fomos com um cobrador que aceitava a quantia que nós dávamos. Uns dava 1 cruzeiro, outros dava só um passe. Tinha uma mulher com crianças que vieram de Santos e ganhou só um pão e um saquinho de bala e uma regua que estava escrito *Lembrança do Deputado Paulo Teixeira de Camargo*.

Tinha mulher que gastou vinte cruzeiros nas conduções. E não ganharam nada. Onde estava a fila estava frio por estar na sombra. Eu saí da fila e passei para o outro lado. Devido eu ter bajulado inconscientemente o senhor Zuza, ele deu-me vários pães. contei até seis. Depois parei e pedi a Deus para ele não dar-me mais pães. Ouvi várias mulheres lhe rogando praça. Tivemos sorte ao voltar. Era o mesmo condutor. Eu estava com cinco crianças, e eu, seis. Porisso fui obrigada a suplicar ao condutor que nos deixasse voltar por três cruzeiros. Era o unico dinheiro que eu tinha. A Vera ficou com os pés inchados de tanto andar. Quando eu cheguei na favela vi as mulheres rogando praça no Zuza. As mulheres que estavam com crianças não ganharam pão, porque não ia entrar no meio do povo que dizia:

- Vamos pegar alguns pães para não perder a viagem. (idem, p. 69)

A chamada festa, no final das contas, era uma armação feita para tirar proveito político disfarçada de ação de caridade. Ainda por cima, a caridade em si era muito pouca se levar em consideração o deslocamento. A respeito desse último, o relato mostra que os favelados tem sua pobreza exposta na cidade de diversas maneiras.

O que seria uma simples viagem se configurou em uma série de situações humilhantes para os moradores da favela, no caso, majoritariamente mulheres com crianças. A longa espera na fila, o descaso com a entrega e o sentimento de terem sido manipulados se completa com a dificuldade em usar o transporte público por simplesmente não terem dinheiro. Uma vez na sala de visitas, a situação de miséria é sentida por não poderem usufruir dignamente do serviço público como pessoas comuns, como *gente*.

Portanto, o espaço público da cidade é o lugar onde o projeto de modernidade se materializa na estrutura urbana e no estilo de vida que levam as classes sociais que conseguem arcar com o custo de vida de São Paulo. Todavia, é nesse mesmo espaço que a pobreza daqueles que não conseguem arcar com esse mesmo custo de vida fica evidente e marcada como fator negativo de distinção social.

As Instituições

O olhar social de Carolina alcança o espaço institucional, onde também persiste o viés negativo. O contato com as instituições, que em alguma medida deveriam solucionar os problemas sociais apontados no livro-diário, obedece o mesmo padrão de tratamento encontrado na sociedade contra os mais pobres.

A discriminação, o preconceito e o descaso fazem parte desse escopo de atitudes do Estado que vão reproduzir nas instâncias oficiais uma continuidade da condição marginal. O protocolo de exceção ratifica a impressão de que a situação de miséria vivida pelos favelados se mantém por deliberação e não por mero acaso.

Como exemplo, o comparecimento da autora à uma delegacia em virtude de uma denúncia contra um de seus filhos mostra o tal funcionamento:

Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amavel! Se eu soubesse que ele era tão amavel, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. (...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se util a

patria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades (idem, p.29)

A situação mostra que a distinção da personagem em relação ao seu meio foi reconhecida pela educação dada aos filhos, que não é a mesma de eventuais casos surgidos na delegacia. O tenente que a atendeu não é hostil, mas em seu discurso transparece a ideia da favela como espaço de degradação social acompanhado da crítica de Carolina à indiferença das autoridades competentes, como ele. A distância entre o saber e agir fica bem demarcada, pois ela própria, que gostaria de agir para evitar a referida delinquência, tem pouco a fazer com o poder que dispõe.

Outro momento no qual a questão vem à tona é quando ela precisa de auxílio financeiro porque não pode trabalhar e recorre ao Serviço de Assistência Social:

Eu sei que existe brasileiros aqui dentro de São Paulo que sofre mais do que eu. Em julho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos do pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços do pobres.

Fui no Palacio, o Palacio mandou-me para a sede na Av. Brigadeiro Luís Antônio. Avenida Brigadeiro me enviou para o Serviço Social da Santa Casa. Falei com a Dona Maria Aparecida que ouviu-me e respondeu-me tantas coisas e não disse nada. Resolvi ir no Palacio e entrei na fila. Falei com o Senhor Alcides. Um homem que não é nipônico, mas é amarelo como manteiga deteriorada. Falei com o senhor Alcides:

- Eu vim aqui pedir um auxílio porque estou doente. O senhor mandou me ir na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa Casa. E eu gastei o único dinheiro que eu tinha com as conduções.

- Prende ela!

Não me deixaram sair. E um soldado pois a baioneta no meu peito. Olhei o soldado nos olhos e percebi que ele estava com dó de mim. Disse-lhe:

- Eu sou pobre, porisso é que eu vim aqui.

Surgiu o Dr. Osvaldo de Barros, o falso filantropico de São Paulo que estava fantasiado de São Vicente de Paula. E disse:

- Chama um carro de preso! (idem, p. 42)

Carolina inicia dizendo que há *brasileiros dentro de São Paulo* que vivem sofrimentos piores que os seus, fazendo uma importante e interessante diferenciação que coloca em destaque o fato de que muitas pessoas de outras regiões do país vivem em São Paulo e encontram dificuldades em se manter na cidade. Ao fazer isso, ela deixa em evidência a questão da migração para a cidade, também feita por ela, como um problema do Brasil e que leva as pessoas ao empobrecimento.

Os sofrimentos testemunhados no Serviço Social não foram registrados, mas, segundo ela, suplanta os seus próprios, dando uma dimensão nefasta sobre a coleção de histórias que se reuniam ali na espera por auxílio do governo. Como resposta às demandas dessas pessoas, uma pesada burocracia se impõe, obrigando quem já precisava de ajuda a arcar com os custos de idas e vindas por repartições. A peregrinação da autora-personagem, enfim, não surte efeito e tem como resultado a injustiça autoritária e toma voz de prisão. O livro-diário não traz registros sobre o que aconteceu após esse incidente.

Em nova tentativa de acionar o Estado, desta vez para internar os filhos em um abrigo para crianças em virtude de uma oferta de trabalho, Carolina relata sua ida ao Juizado de Menores:

Em 1952 eu procurava ingressar na Vera Cruz e fui no Juizado falar com o Dr. Nascimento se havia possibilidade de internar os meus filhos. Ele disse-me que se os meus filhos fossem para o Abrigo que ia sair ladrões.
Fiquei horrorizada ouvindo um Juiz dizer isto (p. 88)

O horror se justifica pela fala ter vindo de uma autoridade de alto cargo, um juiz, alertando de forma bastante condescendente a situação do abrigo. O que deveria ser um lugar de repouso era um lugar de delinquência e a situação era sabida e permitida por quem deveria preservá-las.

A relação com as instituições só muda quando a primeira reportagem de Carolina é publicada na Revista “O Cruzeiro”. Nesse momento, a imprensa e o público se interessam pelo livro-diário da escritora e uma repórter do “Diário da Noite” se dirige ao barraco dela para oferecer auxílio:

...Dei jantar para os filhos e sentei na cama para escrever. Bateram na porta. Mandei o João ver quem era e disse:
- Entra, negra!
- Ela não é negra, mamãe. É uma mulher branquinha e está com *O Cruzeiro* na mão.

Ela entrou. Uma loira muito bonita. Disse-me que havia lido a reportagem no *O Cruzeiro* e queria levar-me no *Diario* para conseguir auxilio para mim.

...Na redação, eu fiquei emocionada. (...) O senhor Antonio fica no terceiro andar, na sala do Dr. Assis Chatobriand. Ele deu-me revistas para ler. Depois foi buscar uma refeição para mim. Bife, batatas e saladas. Eu comendo o que sonhei! Estou na sala bonita. A realidade é muito mais bonita que o sonho.

Depois fomos na redação e fotografaram-me. (...) Prometeram-me que eu vou sair no *Diario da Noite* amanhã. Eu estou tão alegre! Parece que a minha vida estava suja e agora estão lavando. (idem, p. 172 e 173)

Nota-se que a deferência tem a ver com o status de celebridade instantânea que alcançou pela publicação da primeira reportagem sobre “Quarto de Despejo”. Diferentemente das outras vezes em que tentou publicar seus textos, agora a promessa da publicação do livro-diário era factível e já produzia seus efeitos. No relato, a repórter a leva para a redação do jornal onde lhe é dado tratamento digno e respeitoso, com direito a uma refeição que só conhecia em sonho.

Esse único caso bem sucedido na relação da escritora com as instituições é causado pelo destaque de sua figura e não pelas necessidades de sua condição social como das vezes anteriores, o que deixa explícito que as instituições da Sala de Visitas são instrumentos de reprodução da ordem vigente, em que os mais pobres são deliberadamente descartados.

Observando o sentido político da obra, pode-se visualizar o tom de absoluto inconformismo de Carolina de Jesus com a realidade do Brasil de sua época. Enquanto a Sala de Visitas experimenta os frutos do progresso, no Quarto de Despejo vive-se como indigente estando na mesma cidade de São Paulo.

Consciente dos processos históricos que provocaram essa dicotomia, em um registro emblemático sobre essa dualidade, a escritora sintetiza:

13 de maio Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpatico para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

... Nas prisões os negros eram os bodes espiatorios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz.

Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá

no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.

...Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:

- Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o habito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não *tinha*. Mande-i-lhe um bilhete assim:

- “Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço, Carolina.”

...Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não *tinha*. Era a reprise do espetáculo. Eu *estava* com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual -- a fome!
(idem, p. 30 a 32)

O excerto é um dos mais citados em trabalhos sobre o livro-diário e merece uma análise mais detida porque nele se concentram vários aspectos já discutidos até aqui. Há nele uma potente dialética sobre a questão da fome e da pobreza abordadas no texto com um enfoque de peso na questão racial, exposta à luz da comemoração da Abolição da Escravidão.

Em primeiro lugar, a marcação do tempo é ecológica, não cronológica como em outras passagens. A justificativa é porque o dia amanhece chovendo e ela não pode sair para catar papel, dessa forma, o tempo do relógio ao qual está acostumada a se organizar perde utilidade e o dia vai sendo marcado pelo fenômeno da natureza. Chove o dia todo e a cada vez que a autora retoma a chuva significa a impossibilidade de trabalhar, o que a deixa sem renda imediata e liberando-a para escrever.

Devido a este evento, a escrita se desenvolve ao longo do dia em vez da costumeira atividade noturna, mostrando como funciona seu processo criativo, como ela amarra as árvores e os cipós.

A motivação para falar a respeito da data surge no ato da inscrição, o que revela seu conhecimento e reverência pelo evento, provavelmente fruto de suas leituras de autores abolicionistas e de suas próprias convicções, haja vista que é um tema recorrente em seus escritos. Assim, ela passa do comentário sobre a chuva que a impede de trabalhar e segue para

uma discussão sobre o significado da data naquele momento. Pode-se dizer que, pela manhã, suas considerações são estritamente formais, em tom celebrativo. Isso porque, para ela, a data marca o fim da escravidão, que representava péssimas condições de vida, e o sentido da abolição é tido como um presente dos brancos.

Então, os votos de que os brancos sejam felizes para que os negros também sejam demonstram uma romantização da Abolição que coaduna com sua visão idealista de sociedade, em que os primeiros predominam e os outros vivem bem dentro dessa hegemonia. Há forte contradição com a consciência negra que Carolina demonstra ao longo do livro-diário, mas em que se pode perceber quão arraigadas são suas filiações aos ideais do século XIX.

Em seguida, a autora parte para o plano real e narra suas desventuras para educar os filhos e garantir alimentação para a família em um dia que não é propício para trabalhar. Falta dinheiro e a comida disponível não é suficiente para uma refeição condigna.

No momento em que manda um bilhete pedindo comida para Dona Ida, aparece também a moral do trabalho com a justificativa de que não pôde sair para catar papel porque choveu. O gesto serve para mostrar que não é uma mulher indolente, que vive de pedir em vez de trabalhar.

Somente tomamos conhecimento da fome prolongada quando a escritora retoma o tempo cronológico, o que acontece apenas às nove horas da noite, momento em que finalmente come junto aos filhos. Refletindo sobre o que havia escrito ao longo do dia e o que se passou no plano real, a conclusão a que chega é que a escravidão não acabou, mas assumiu a forma da atual fome.

Carolina, portanto, não faz um jogo poético apenas, como comumente se diz a respeito do excerto. A escritora elabora uma síntese do ideal que cultivava e do real que vive para apontar a fome como uma atualização da escravidão brasileira, deixando de lado, mesmo que momentaneamente, a ideia de progresso social que teria acontecido em virtude da Abolição. Nessa conclusão se encerra um traço dialético que coloca em suspenso a ideia de modernidade convencionada na época e evoca outras prioridades e posturas políticas.

Seção III: Quarto de Despejo & Sala de Visitas

Desde a juventude Carolina de Jesus demonstra uma preocupação com o Brasil e seus grandes temas. O Brasil para ela representa uma ideia estruturada no espírito da época, tanto em relação à experiência histórica enquanto negra e trabalhadora quanto à sua formação baseada no século XIX, mas igualmente o extrapola à medida em que se confronta com as contradições de seu tempo. A migração que a levou de Sacramento a São Paulo e sua experiência particular com a cidade e com a literatura desenvolveram um olhar e um ideal político que permitiram o surgimento de “Quarto de Despejo”, um processo criativo sobre a vida dessa autora-personagem vivendo em uma favela paulistana nos chamados Anos Dourados.

Assumindo que “Quarto de Despejo” é uma expressão intelectual de Carolina de Jesus que torna inteligível o problema da favela, tiramos de foco o caráter documental e testemunhal atribuído pela crítica e passamos a avaliar o conteúdo político que orienta sua investigação.

Se há um Quarto de Despejo, como sugere o título, há uma confortável Sala de Visitas que o ignora, mas que de alguma forma se relaciona com ele porquanto cômodos de uma mesma casa. Essa casa metafórica é o Brasil, que neste determinado momento passa por um processo de urbanização acelerado e, nas palavras da autora, desorganizado.

O livro-diário chama a atenção justamente porque não é exclusivo relato da favela e sim um contexto que se inscreve em uma cidade que se afirma sinônimo de progresso e modernidade. Por mais difícil que seja crer que aquela realidade exista, Carolina não apenas a descreve como a crítica, pois não naturaliza aquela forma de vida mesmo sendo obrigada a vivê-la. Para ela que nutre o ideal positivista de um progresso brasileiro a favela é uma consequência abjeta de algo que vai mal na condução política do país.

Em “Casa de Alvenaria”, livro posterior a “Quarto de Despejo”, ela afirma mais nitidamente a compreensão de que a favela se duplica porque os trabalhadores do campo chegam à cidade em contingentes cada vez maiores e sem condições de se manter na metrópole:

Se o pobres reside nas margens dos rios é porque não recebeu instrução, não aprendeu ofício. (...) O professor Angelo Simões Arruda não mencionou a necessidade de abolir as favelas, que duplicam por êste Brasil afora.

A terceira oradora fui eu. Citei: fui residir na favela por necessidade. com o decorrer dos tempos percebi que podia sair daquele meio. Era horroroso para mim presenciar

as cenas rudes que desenrolava-se na favela como se fôsse natural. (...) Os favelados são os colonos. Por ser expoliados pelos patrões abandonam o campo. Encontram dificuldades nas cidade, que só oferece conforto e decencia aos que tem bons empregos. Êles não podem acompanhar a vida atualmente. Devido ao custo de vida são obrigados a recorrer ao lixo ou os restos de feira.

- Não adianta falar de fome com quem não passa fome.

Quando escrevi o meu *diário* não foi visando publicidade. É que eu chegava em casa, não tinha o que comer. Ficava revoltada interiormente e escrevia. Tinha impressão que estava contando as minhas magoas a alguém. E assim surgiu o “Quarto de Despejo”.

Classifiquei a favela de quarto de despejo porque em 1948, quando o Dr. Prestes Maia começou a urbanizar a cidade de São Paulo, os pobres que habitavam os porões foram atirados ao relento. (DE JESUS, 1961, p. 181)

Portanto, a favela caracterizada por Carolina como um chiqueiro, a sucursal do inferno ou o gabinete do diabo, quando é denominada como Quarto de Despejo da cidade onde há uma Sala de Visitas ultrapassa a mera atribuição de valor e adquire também uma função à cidade modernizada e ao projeto político de Brasil com base na distribuição de poder que cabe a cada uma das partes. A noção de Brasil aparece como o destino comum partilhado por esses trabalhadores.

Neste ponto, Carolina estabelece uma linha classista em que os trabalhadores rurais se convertem em subclasse de pobres e indigentes que vivem às margens da sociedade e da cidade. O principal problema compartilhado por todos é o alto custo de vida que a cidade demanda para suprir necessidades básicas como a alimentação e a moradia. Não por acaso a fome e a favela são os principais temas abordados por ela, não apenas porque são visíveis no seu cotidiano, mas porque são consequências do que ela chama de desorganização.

Carolina também é consciente de que a política é a instância primordial para que as mudanças necessárias aconteçam, por isso critica os políticos de ocasião e tem apreço pelos populistas, que, mesmo sendo responsáveis por aquela situação, também são os que adotaram políticas “em benefício do povo”.

Assim, o conjunto de temas envolvidos no livro-diário são a expressão das contradições sociais existentes entre o Quarto de Despejo e a Sala de Visitas, uma dualidade que organiza a vida conhecida, apontando os problemas e tentando encaminhar saídas para sua superação.

Reforma Agrária

O primeiro ponto a ser discutido sobre o projeto carolinano envolve a reforma agrária. Na trajetória desenvolvida até aqui procurou-se evidenciar que Carolina não é oriunda da favela, mas uma trabalhadora rural que migrou para a cidade grande e foi morar na favela como resultado dos despejos em massa e da carestia do custo de vida. A percepção de que a vida poderia ser muito melhor com uma pedaço de terra para produzir se desenvolveu cedo e teve na experiência de colonato com a mãe e o padrasto sua realização mais fértil. Em “Diário de Bitita” ela diz:

Minha mãe deixava o leito assim que o astro-rei ia surgindo, ia preparar a nossa refeição para irmos para a lavoura. Eu permanecia no leito, ouvindo os gorjeios das aves, com a insistência de mamãe, eu deixava o leito, ia aleluiar no regato, fitando a água que promanava do seio das pedras cor de chumbo e era sempre tépida. A brisa perpassava suavemente. Eu aspirava os perfumes que exalavam das flores silvestres.

O fazendeiro nos deu três alqueires de terra para plantarmos. Plantamos arroz, feijão, milho, cana e vassouras. Ainda sobrou terra. Como é bom ter terras para plantar! Eu já estava compreendendo o valor da terra que sabe recompensar o esforço do homem. E o ventre da terra é fecundo. A terra é feminina, é a mãe da humanidade. Eu estava habituando-me naquele mundo verde. (p. 132 e 133)

O período mencionado se dá após a mãe de Carolina tê-la retirado da escola para ir para a fazenda como colonos. Nessa altura, a menina, que já fora iniciada no mundo das letras, usa de vocabulário que remete ao bucolismo parnasiano para descrever a vida farta na fazenda. Trata-se de um período feliz em que não passava fome como outrora.

Esse tipo de registro, que destoa do vocabulário comum utilizado nesse texto, ajuda a explicar também a opção de Carolina por um vocabulário mais rebuscado, como de alguém que engoliu um dicionário. Muitos críticos tendem a ver esse aspecto como um vício de linguagem quando na verdade se trata de um estilo de fala e escrita que viria a se perpetuar pela vida afora.

Essa fase, no entanto, durou pouco tempo, pois o fazendeiro, pedindo mais dinheiro do que o que as terras proporcionavam, fez com que a família voltasse a Sacramento e tivesse uma sucessão de infortúnios com outras experiências de colonato em São Paulo, onde as condições eram as piores possíveis. Assim, esse interstício serviu de base para projetar a necessidade da

distribuição de terras e de outra forma de tratamento entre colonos e fazendeiros, haja vista que a lógica da exploração escravista ainda se mantinha no meio rural.

Se olharmos para outro texto de Carolina, o poema “O Colono e o Fazendeiro”, veremos como essa questão aparece de forma explícita:

Diz o brasileiro
Que acabou a escravidão
Mas o colono sua o ano inteiro
E nunca tem um tostão.

Se o colono está doente
É preciso trabalhar
Luta o pobre no sol quente
E nada tem para guardar.

Cinco da madrugada
Toca o fiscal a corneta
Despertando o camarada
Para ir à colheita.

Chega a roça ao sol nascer.
Cada um na sua linha
Suando e para comer
Só feijão com farinha.

Nunca pode melhorar
Esta negra situação
Carne não pode comprar
Pra não dever ao patrão.

Fazendeiro ao fim do mês
Dá um vale de cem mil-réis
Artigo que custa seis
Vende ao colono por dez.

Colono não tem futuro
E trabalha todo dia
O pobre não tem seguro
E nem aposentadoria.

Ele perde a mocidade

A vida inteira no mato
 E não tem sociedade
 Onde está o seu sindicato?

Ele passa o ano inteiro
 Trabalhando, que grandeza!
 Enriquece o fazendeiro
 E termina na pobreza.

Se o fazendeiro falar:
 - Não fique na minha fazenda
 Colono tem que mudar
 Pois há quem o defenda.

(DE JESUS, 1961, p. 93)

Posto deste modo, “Quarto de Despejo” é resultado de um processo que compreende a concentração de terras e a expulsão de trabalhadores rurais do latifúndio para tentar ganhar a vida nas grandes cidades. Sem terra, sem recursos e sem amparo do poder público, que ainda por cima cria condições para que aconteça, esse trabalhador vai viver nas favelas nas piores condições possíveis e sujeito a todas as pressões que a cidade lhe impõe. Isso é o que Carolina quer chamar a atenção no livro-diário para que o problema seja resolvido. Para ela não é admissível que haja progresso no Brasil enquanto existirem favelas e parte da solução do problema passa pela reforma agrária.

Em “Casa de Alvenaria” há muitas mais menções a esse processo do que aparece em “Quarto de Despejo”. Ela diz várias vezes que o processo de favelamento que percebe é fruto do homem do campo ir pra cidade e ficar escravo do custo de vida.

(...) a favela é obra de rico. Os pobres não podem pagar os preços exorbitantes que os ricos exigem pelo aluguel de um quartinho. E não podem ficar ao relento. (idem, p.175)

Um símbolo desse projeto de distribuição de terras é o sítio de Parahereiros, localizado na zona rural da cidade de São Paulo, comprado graças ao sucesso do livro-diário. Pelo menos do ponto de vista pessoal, o sonho de ter um pedaço de terra para plantar e viver foi alcançado por meio da literatura, consagrando o ideal de vida de Carolina.

Neste quesito, portanto, há margem para uma forte discordância entre Carolina de Jesus e Gilberto Freyre. O primeiro, como já visto, faz uma defesa do latifúndio sem pesar as

consequências para a massa da população brasileira que foi submetida ao regime de trabalho escravo nas grandes propriedades. O sentido de Brasil defendido por ele é o da manutenção desse modo de partilha como exemplo de sucesso civilizacional que teria, segundo suas crenças, conformado uma sociedade harmônica. Para a segunda, que embora sustente certo ideal de harmonia em seus textos, o confronto com a realidade social oriunda desse sistema resulta em forte crítica à concentração de terras e em uma sociedade desigual e desordenada que poderia ser diferente com uma melhor distribuição agrária.

Na condição de voz coletiva dos despossuídos do campo a escritora coloca em pauta problemas comuns vividos por eles na transição geográfica em busca dos grandes centros e também nas relações de poder exercidas por eles nas grandes cidades. Nesse aporte, a reforma agrária caminha ao lado de uma reforma urbana, que redesenhe essas relações com o espaço urbano e seus lugares.

Reforma Urbana

A principal pauta política defendida por Carolina em relação à reforma urbana é a extinção das favelas, em sua época um problema ainda incipiente. Apesar de haver em nosso meio quem reivindique Carolina como um exemplar do melhor que a favela pode produzir, a autora é ferrenhamente contra a ideia de que a favela é algo a ser celebrado, mas definitivamente extinto.

A apropriação dela por essa vertente acontece porque o problema da favela persistiu ao longo dos anos e muitos escritores surgiram nesse contexto reivindicando protagonismo, assim como ela o reivindicava em sua época. Entretanto, o protagonismo reivindicado por ela é o de uma escritora clássica e não uma escritora favelada ou marginal. Esses rótulos, como se sabe, foram atribuídos pela imprensa e pela crítica.

Dessa forma, aquilo que Carolina experienciou em seu tempo carrega fortes marcas do que ainda é sentido gerações à frente da sua. Seu maior desejo, entretanto, era que não houvesse mais essa situação, ou seja, não fazia parte de seu ideário que surgisse um protagonismo como veio a se estabelecer depois.

Apesar disso, “Quarto de Despejo” proporcionou um rico arcabouço de como escrever sobre a realidade da favela e as relações da população favelada, marginal e periférica com a cidade oficial. Isso tem a ver com a forma como ela escreve sobre a performance desse sujeito

político no espaço urbano, disputando os sentidos da própria cidade pelo ponto de vista da figura indesejada e malquista.

Portanto, o projeto de Carolina de Jesus tem a ver com um sujeito político que sente o fenômeno da crise urbana e quer pôr fim a ele na medida em que tem desprezo pelo que é sentido. Vale lembrar que ela já fora moradora de cortiços, que não são o melhor parâmetro do seja uma moradia digna, mas onde os problemas levantados em relação a favela não existiam ou pelo menos não se configuraram como objetos de estudo como aconteceu com a favela.

Assim, o viés de reforma urbana defendido pela autora não é comatível com projetos de urbanização de favelas, mas com a garantia de moradia digna tal qual as casas da Alvenaria ou da Sala de Visitas. O horizonte social reivindicado por ela, ratificando, é o de que as pessoas possam viver como gente.

Custo de Vida

O olhar sobre os problemas agrário e urbano brasileiros divide a mesma preocupação com o custo de vida e a pobreza. Motivo de grande preocupação no livro-diário por ser a materialização da fome, a crítica econômica aos elevados preços dos alimentos e outros itens de primeira necessidade são parte da síntese carolinana sobre a situação vivida pelos trabalhadores do campo que passaram a viver nas grandes cidades. Em “Casa de Alvenaria” ela explicita:

Vivemos intranquilos com os perigos da época. Vou discriminar os perigos:

- 1 - a fome, proveniente do custo de vida.
- 2 - devido o custo de vida o pobre não pode residir em uma habitação condigna. Tem que residir nas favelas.
- 3 - a guerra. A guerra não beneficia ninguém. Dizima os países, empobrece o mundo e ceifa milhões de vidas preciosas. As cidades são bombardeadas e as bombas destroem tudo. Depois da guerra tudo tem que ser reconstruído porque as nações não estinguem-se. (DE JESUS, 1961, p. 56)

Os dois primeiros itens da lista, a fome e o favelamento, estão diretamente atrelados ao custo de vida, assim, são apresentados como dois problemas distintos com uma raiz comum, cuja natureza é econômica. Postos dessa maneira, tais perigos jogam holofote sobre a estrutura e a agenda econômicas do país, da qual a política participa decisivamente.

Numa época considerada *dourada* devido ao bom desempenho econômico do país, o fato de existirem pessoas vivendo em situação de pobreza tão extrema leva à desconfiança do rótulo bem como das prioridades políticas envolvidas na condução da economia. Em vez de serem alvo de atenção específica dos governos por serem os mais penalizados pela carestia, os pobres sequer têm visibilidade política para se tornarem tema de preocupação.

Segundo SANTOS (2013), entender a pobreza não se trata apenas de um exercício estatístico, mas passa pela compreensão do fenômeno que o caracteriza, que envolve analisar os objetivos que uma sociedade definiu para si própria. Assim, alargando o campo da mensuração da pobreza de forma crua, ele preconiza a ideia de que é um modo de vida sustentado por “um conjunto complexo e duradouro de instituições sociais, culturais, econômicas e políticas” que mantém e reproduz a situação de pobreza (SANTOS, 2013, p. 18 e 19).

À luz desse entendimento, “Quarto de Despejo” é uma valiosa contribuição para analisar o fenômeno da pobreza porque abarca o aspecto econômico primordial que é a falta de dinheiro a questões gerais sobre modernidade e nacionalidade.

No livro-diário é marcante o quanto a fome molda a temporalidade daquele contexto. Em vez da banalidade do cotidiano há uma luta diária pela sobrevivência em que se ganha quando se come menos que o mínimo. A autora-personagem não tem emprego formal, mas trabalha para não depender apenas de esmolas e doações como a maioria dos vizinhos parece depender. Trata-se de um mundo de trabalho precário ou falta dele em que a dependência do dinheiro é incontornável, exceto por pequenas trocas de favores e caridade.

Nesse sentido, é possível dizer que a pauta política reclamada por Carolina é pela redução desse custo de vida. Ela não flerta explicitamente com uma pauta em torno do emprego assalariado digno, por exemplo, mas diretamente com a carestia para se manter na cidade. Sua avaliação é a de que a vida dos pobres é muito mais difícil quando o preço das coisas está nas alturas, obrigando-os a viver com fome e outras privações.

A esse respeito, uma interessante passagem de “Casa de Alvenaria” ajuda a ilustrar a relação entre o custo de vida, a fome e a reforma agrária:

Quando o avião partiu eu estava tranquila ao lado de Dona Heloisa, que ia dizendo que já residiu em Porto Alegre. (...) Eu ia contemplando as paisagens magestosas e a quantidade de terras cultivadas. Ficava pensando: com tantas terras abandonadas e o povo passando fome! Essas terras pertencem aos capitalistas. Ninguém pode chegar

e plantar algo sem o seu consentimento. Êles tem dinheiro para pagar a Dona Lei e suas confusões. O mundo para ser bom é preciso que as terras sejam livres. O homem pode desfrutar a terra, porque ela é inesgotável. As terras sendo livres todos plantam e a miséria extingue-se. Um povo bem alimentado é um povo feliz. (...) Porque é que o governo não distribui as terras para o povo?

Eu penso isto, mas não digo porque se eu disser isto os capitalistas vão dizer:

- A Carolina é Vermelha. É ignorante e semi-analfabeta. (DE JESUS, 1961, p. 85)

Finalmente, a autora tem a consciência de que o elevado custo de vida tem a ver com a estrutura capitalista do Brasil e o universo da política que o propicia. Ela se coloca a favor de uma reestruturação econômica baseada na distribuição de terras para que o povo não passe mais fome.

Os quadros políticos devem agir para reduzir o peso econômico que recai sobre os mais pobres e a máxima desse entendimento é a passagem em que diz que o Brasil precisava ser dirigido por alguém que tivesse passado fome, porque a fome é a professora que ensina a pensar nas crianças e no próximo (DE JESUS, 2014b, p. 29).

O par Quarto de Despejo & Sala de Visitas orienta uma interpretação do Brasil a partir da pior experiência da cidade moderna brasileira na qual é possível observar o resultado histórico, social, econômico e político do modo de ser do país.

A vida de Carolina de Jesus conformou-a como uma pensadora notável para fazer essa análise, pois as questões participam da sua trajetória e de seus ideais pessoais. A concentração de terras, a escravidão, a Abolição, a migração para a cidade grande e a fome são temas comuns a uma enorme parcela da população contemporânea à escritora, mas é na força e riqueza de suas ideias que encontraram caminho para expressar a realidade brasileira.

De um lado, no Quarto de Despejo, os explorados do campo vivendo como pobres e famintos nas grandes cidades. De outro, na Sala de Visitas, os que de alguma forma tinham condições e preparo para o novo modelo vivendo com conforto e segurança. Em suma, diferentes lados sociais da nova ordem, que pouco se modificou em relação à velha estrutura.

CAPÍTULO III

CONCLUSÕES

O exame crítico contemporâneo sobre o Pensamento Social Brasileiro tem conseguido demonstrar diversos elementos conservadores nas principais obras canônicas do campo, bem como produzir uma reflexão sobre as consequências destes para a sua vasta área de influência.

A própria visão de Brasil de Antonio Candido está ligada a um intento de ocidentalização do país, que hierarquiza as culturas em desejadas e indesejadas (MELO, 2020a). O Brasil seria mais desenvolvido quanto mais se aproximasse dos padrões europeus e quanto mais rejeitasse as culturas negras e indígenas existentes no território.

Tal evidência nos leva ao entendimento de que o recorte feito por ele para indicar os Intérpretes clássicos do Brasil envolve a anuência com a ideia de superioridade dos valores europeus. O mesmo raciocínio é acompanhado por Freyre, Holanda e Prado Jr.

“Formação do Brasil Contemporâneo” de Prado Jr. está envolto de preconceitos culturais contra os negros em uma fórmula que sugere que o desenvolvimento do país só seria possível mediante a erradicação da cultura bárbara e promoção da civilização entre a população (MELO, 2020b). Na mesma medida, as principais teses de “Raízes do Brasil”, de Holanda, são inspiradas no modelo da revolução conservadora alemã da década de 1930 (DA MATA, 2016). “Casa Grande & Senzala”, como visto, estabelece a colonização portuguesa como de tipo inovador e formador de uma sociedade híbrida e harmoniosa.

Esses pressupostos orientam a tradição da formação, convencionada como pilar de entendimento da sociedade brasileira. Sob tais critérios, Carolina de Jesus, uma escritora negra, está fora do campo de visão do Brasil desejado por esses autores. Sua escrita engloba uma trajetória social, histórica e política diversa aos objetivos desse grupo. A visão de Brasil perpetrada por ela coaduna com os anseios de um Brasil para os brasileiros, ou seja, um país em que o povo fosse priorizado pelas instituições e vivesse uma vida digna.

Se considerarmos os dois parágrafos de Candido que abriram o primeiro capítulo dessa dissertação veremos que o primeiro é mais abrangente e no qual ela se enquadra, pois trata-se de uma escrita testemunhal, geracional e intelectual sobre o Brasil. Se fosse essa a definição

do que precisaria para ser considerada uma intérprete do Brasil, talvez Carolina fosse candidata há muito mais tempo, porque seria percebida além do rótulo colonial.

Entretanto, o segundo parágrafo exclui Carolina deste campo justamente pela escola que lhe faltou. Ao apontar que os jovens da sua geração tiveram contato com as obras de Freyre, Holanda e Prado Jr. ao longo da formação escolar, Candido demonstra que o escopo escolar era o recorte do que considerava digno de atenção e reflexão.

Então, a escola é o ponto cego que faz Carolina não ser considerada. para esse campo e isso é bastante decisivo para se pensar, afinal, a escola aqui é o elemento que impede o reconhecimento intelectual e literário de Carolina - e não porque ela negou a escola, mas porque a escola foi negada a ela.

Esse critério expõe também o caráter elitista do conceito candidiano, em cuja forma repousa uma tradição de homens brancos interpretando a realidade do país e deixando de lado muitas e muitos que também o fizeram em outras condições e com outras perspectivas.

Esse ponto, a escola, se destaca não somente pelo viés do Pensamento Social Brasileiro, mas também pelas críticas literárias negativas que a autora sofre em função de ter baixa escolaridade. Essa vertente de debate sobre a literatura de Carolina põe em atraso a sua contribuição intelectual em relação ao Brasil. Com as oportunidades que teve ela conseguiu elaborar um pensamento complexo que congregava as questões estruturais do negro e do branco e do Brasil como um todo.

Por isso mesmo, o dito atraso de Carolina ajudou a trazer para o debate o tamanho do atraso da elite brasileira para com o povo e da situação de vida do brasileiro pobre. Almejando a literatura clássica, a autora descreveu os sofrimentos vividos por brasileiros comuns que habitam as margens territoriais e sociais do campo e da cidade, com destaque para a favela como resultado abominável da desorganização social do país.

O fato de institucionalizar Carolina da Jesus como detentora de uma escola própria e Intérprete do Brasil não é uma movimento que ocorre sem algumas contradições. Primeiro porque significa figurá-la dentro de uma tradição elitista, masculina e branca que foi responsável por solidificar um imaginário social que a deixa de fora. Segundo, por sua visão de Brasil entrar em confronto com os interesses desse mesmo grupo. Entretanto, os

movimentos críticos recentes têm aberto possibilidade para que isso aconteça ao apontar as sombras do pensamento clássico e trazer à luz novos intérpretes e ideias.

Na chave da proposta de Pericás & Secco, de adjetivar os intérpretes em clássicos rebeldes e renegados, atribuímos a Carolina a alcunha de extraordinária, em respeito tanto a sua vida de escritora quanto a sua contribuição para o pensamento social, que extrapola o que é ordinário em relação aos demais. Além disso, em relativo acordo com Nobre, que propõe novas perspectivas e temas, Carolina é uma personalidade que preenche essa segunda proposta, mas ainda ligada à chave da nacionalidade. Assim, a escritora está na zona de intersecção entre os dois modelos.

Deste modo, a tendência é valorizá-la como uma escritora universal, tal qual os demais intérpretes, em vez de apenas particular como geralmente é encarada. Essa é outra discussão importante, uma vez que a idealização da autora em segmentos da crítica, como literatura marginal ou periférica, esvazia o conteúdo geral sobre o Brasil presente em sua obra, ao qual os diversos temas que aborda têm relação. Em outras palavras, sob a ótica da universalidade de Carolina é possível encontrar os demais temas, todavia, o contrário não acontece.

Um dos principais ganhos em trazer Carolina de Jesus como alvo de reflexão no Pensamento Social Brasileiro é justamente atribuir-lhe a generalização necessária para compreender os processos de formação da sociedade brasileira além dos objetivos e preconceitos dos clássicos.

Seguindo nessa linha, é preciso compreender que a ruptura que a escritora representa não se verifica em toda e qualquer parte. Sobre a questão racial, por exemplo, como visto anteriormente, Carolina ainda reproduz ideais abolicionistas e democracia racial em seus escritos. O debate contemporâneo tende a avaliá-la como alguém que já ultrapassou esses paradigmas, porém determinadas ideias expressas por ela não alcançam ainda o paradigma do embranquecimento que veio a se estabelecer na década de 1980.

O principal para compreender a questão racial em Carolina de Jesus e o que representa em termos de ruptura, a meu ver, é sua consciência negra. Embora seja observável que ela concebia uma sociedade em que o destino de brancos e negros estão atrelados de alguma forma, é notório que sua afirmação no mundo significa afirmar-se enquanto negra, ou seja, não abre mão das formas como vê a própria vida em razão da branquitude. Essa maneira

comunica o reconhecimento da dignidade de si enquanto gente, digna de ser reconhecida como tal por todos.

Em face de tudo o que foi exposto, uma das principais conclusões deste texto é que não é necessário que Carolina seja necessariamente acomodada em uma escola ou vice-versa, mas o reconhecimento de que ela formou uma escola própria. Ao longo do trabalho, foi possível descrever aspectos característicos da escritora, como sua pedagogia, que articula uma dialética do negro e do branco e uma síntese positivista, e a espacialidade de sua literatura, que organiza o processo criativo do livro-diário “Quarto de Despejo”. Portanto, apontamos a para a necessidade de organizar a escola carolinana a partir de Carolina, ou seja, dentro da sua perspectiva, sob o risco de ser sempre recortada pelas tradições que se pretende inserir.

Isso implica uma proposta concreta de reunir a produção e acervo de Carolina no Sítio de Parelheiros, transformando-o em um centro cultural ou acervo que seja destino de pesquisadores, leitores e o público em geral.

Tal investida se assemelha aos processos de devolução de artefatos históricos que têm ocorrido nos últimos anos, especialmente na relação entre África e Europa. Significa que os manuscritos e a produção da escritora disponíveis em acervos externos, devem, com o passar do tempo, fazer parte de um acervo localizado no sítio.

Para tanto, vejo a necessidade de financiamento ligado às Secretarias de Cultura da cidade e do estado de São Paulo, bem como ao Ministério da Cultura, para preservar esse patrimônio, assim como a publicação dos manuscritos originais de “Quarto de Despejo” e “Diário de Bitita”.

Esse gesto é simbólico também para fazer do espaço de terra conquistado por sua literatura a morada de seus escritos e ambiente de preservação de sua memória.

O projeto político carolinano é inovador não só porque é feito por uma representante da camada mais invisibilizada, mas porque também é um trabalho de ponta. Carolina reúne um grande repertório de leitura canônica, crítica social e política e experiência como trabalhadora em São Paulo para propor um projeto de país em que a vida humilhante que a modernidade

paulistana oferecia para os trabalhadores mais marginalizados fosse substituída por uma vida decente para todos os brasileiros.

O par “Quarto de Despejo & Sala de Visitas” pode ser considerado, pois, uma interpretação bastante negativa do Brasil moderno face ao conjunto de escolhas políticas feitas para ser do jeito que é. A partir dele, é possível visualizar outras escolhas e práticas, tendo como melhor exemplo a escritora do livro-diário.

Portanto, Carolina de Jesus deve receber igual tratamento aos intelectuais do campo, ou seja, tratada de forma universal. É necessário instituí-la como uma intelectual que, apesar das dificuldades encontradas ao longo de sua vida, pensou o Brasil de forma abrangente e formulou suas próprias teses sobre como resolver os problemas que encontrou.

Carolina precisa ser tratada como gente, como Intérprete extraordinária do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *A Pré-Revolução de 30*. Novos Estudos Cebrap, nº 18. 1987, p. 17-21.
- BIGHETO, Alessandro César. *Eurípedes Brasnolfo, um educador espírita na Primeira República*. Campinas, SP. 2006.
- CANDIDO, Antonio. *O significado de Raízes do Brasil*. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo, SP. Companhia das Letras, 1995.
- DA MATA, Sérgio. *Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil*. Revista Brasileira de História, v. 36, nº 73. São Paulo, 2016.
- GUIMARÃES, ASA. *Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito*. Novos Estudos Cebrap nº 61. 2001.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador, BA. EDUFBA, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 29ª ed. Recife, PE. Global, 2004.
- hooks, bell. *Intelectuais Negras*. Estudos Feministas, ano 3, nº 2. 1995, p. 464-478.
- JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria*. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Paulo de Azevedo, 1961.
- _____. *Diário de Bitita*. 3ª ed. São Paulo, SP. SESI-SP editora, 2014a.
- _____. *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*. 10ª. ed. São Paulo, SP. Ática, 2014b.
- LIMA, Mario Helio Gomes de. *Gilberto Freyre* In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. *A imaginação da terra: o pensamento brasileiro e a condição periférica*. Tempo Social, São Paulo, v. 25, n. 2. 2013, p. 79-97.

MELO, Alfredo Cesar. A *formação como nacional-ocidentalização*. Criação & Crítica, nº 26. 2020a, p. 136-148. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

_____. *Raça e modernidade em Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Jr.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, nº 102. 2020b, p. 1-16.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro*; Processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo, SP. Perspectivas, 2016.

NOBRE, Marcos. *Depois da formação*. Revista Piauí, ed. 74. 2012. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/depois-da-formacao>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

PERPÉTUA, Elzira Divina. *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte, MG. Nandyala, 2014.

SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. 3ª ed. São Paulo, SP. EDUSP, 2013, p. 13-22.

SCHWARTZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. In *Ao vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª ed. São Paulo, SP. Duas Cidades, 2000.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)*. Campinas, SP. 2011.